



RELEASE DE RESULTADOS 1T2026

Aurora Namie Yukuhirto
Química



Saiba mais
sobre a
nossa marca



São Paulo, 04 de maio de 2026 – A ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA ENERGIA BRASIL", "Companhia", B3: ISAE3 e ISAE4) anuncia seus resultados do primeiro trimestre de 2026 (1T26). Os Resultados Regulatórios estão apresentados de acordo com os procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE") com o objetivo de colaborar com o entendimento do negócio da Companhia. Os resultados regulatórios são auditados anualmente pelo mesmo auditor independente das demonstrações financeiras societárias e não são revisados trimestralmente. Adicionalmente, é possível encontrar os resultados de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") na seção de "Anexos" deste documento.

Indicadores Regulatórios (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Líquida	1.226,3	1.131,9	8,3%
PMSO	-179,1	-177,8	0,7%
PMSO Gerenciável	-177,7	-175,8	1,1%
EBITDA	1.021,2	923,3	10,6%
Margem EBITDA	83,3%	81,6%	1,7 p.p
Lucro Líquido¹	357,7	337,4	6,0%
Margem Líquida	29,2%	29,8%	-0,6 p.p
ROE (12 meses)	19,1%	19,4%	-0,3 p.p
Dívida Líquida	15.377,1	12.119,7	26,9%
CapEx (ex-M&A)	1.222,4	1.108,0	10,3%

¹ajustado pela participação do acionista não controlador.

Destaques financeiros 1T26



Receita líquida R\$ 1.226,3 milhões (8,3%)



PMSO: R\$ 179,1 milhões (+0,7%)



EBITDA R\$ 1.021,2 milhões (+10,6%)



CapEx R\$ 1.222,4 milhões (+10,3%)



Dívida líquida R\$ 15.377,1 milhões (+8,8%)

Teleconferência 1T26

Teleconferência em português com tradução simultânea para o inglês

Data: 05 de maio de 2026

Horário: 14h00 (BRT) / 13h00 (EDT)

O evento será transmitido via Zoom, através do link a seguir: [clique aqui](#)

Todos os dados para conexão estão disponíveis no site de Relações com Investidores:
ri.isaenergiabrasil.com.br

EVENTOS DO PERÍODO

Início da Operação comercial do Bloco 2 do projeto Piraquê

A ISA ENERGIA BRASIL iniciou a operação comercial do Bloco 2 do projeto Piraquê com antecipação de 17 meses em relação ao prazo estabelecido pela ANEEL, ao obter do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), em 20 de março de 2026, o Termo de Liberação de Receita ("TLR") de parte da sua operação com recebimento retroativo à 12 de fevereiro. O TLR refere-se ao Bloco 2 do projeto, que consistiu na implementação de quatro linhas de transmissão de 500 kV, em circuito simples, que totalizam 712 quilômetros de extensão e 1.438 torres implantadas. Além das linhas, o bloco inclui a implantação da nova Subestação Capelinha 3 e a ampliação da Subestação Governador Valadares 6. Com esta energização, a Companhia passa a receber 91,5% da RAP do empreendimento de R\$ 343,1 milhões (ciclo tarifário 2025/2026) do projeto que possui margem EBITDA estimada de cerca de 95% e regime de tributação por lucro real. O projeto possui investimento ANEEL de R\$ 4,4 bilhões (termos reais de março de 2026) e sua construção é integralmente financiada por debêntures verdes de infraestrutura. [Clique aqui](#) para acessar o Comunicado ao Mercado.

21ª emissão de debêntures

Em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu o processo de captação de recursos por meio da 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 3,9 bilhões divididos em três séries:

21ª emissão	Série 1	Série 2	Série 3
Montante (R\$ bilhões)	0,84	0,72	2,29
Prazo (anos)	4,0	5,0	9,0
Custo (CDI +)	0,55%	0,60%	0,84%

Os recursos foram integralmente utilizados para aquisição facultativa das seguintes emissões:

Recursos para aquisição facultativa	9ª emissão	13ª emissão	15ª emissão (série 1)	15ª emissão (série 2)	15ª emissão (série 3)	16ª emissão
Montante (R\$ bilhões)	0,80	0,55	0,69	0,51	0,13	1,00
Prazo final	2028	2030	2029	2031	2034	2031
Custo (CDI +)	2,83%	1,50%	0,73%	0,80%	0,97%	0,80%

A transação contribuiu para a otimização da estrutura de capital, com alongamento do prazo médio das dívidas em aproximadamente 2,7 anos e redução dos spreads contratados em cerca de 80 bps.

Anúncio de distribuição de proventos

Em 24 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da ISA ENERGIA BRASIL aprovou a distribuição de proventos em forma de dividendos no valor total de R\$ 279,3 milhões, correspondente a R\$ 0,423933 por ação de ambas as espécies. A distribuição do valor do dividendo líquido do imposto de renda na fonte foi dividida em três pagamentos, sendo cada um deles com suas respectivas datas base e "ex-direito". [Clique aqui](#) para acessar o aviso aos acionistas na íntegra.

Tipo de Provento	Data de Deliberação	Base de Distribuição	Data			Volume (R\$ milhões)	R\$ / Ação (Bruto)
			Base	Ex-Direito	Pagamento		
Dividendos	24-fev-26	Resultado do Exercício Social de 2025	12-mar-26	13-mar-26	29-abr-26	93,1	0,141311
			2-abr-26	6-abr-26	29-abr-26	93,1	0,141311
			17-abr-26	20-abr-26	29-abr-26	93,1	0,141311
						279,3	0,423933

Descruzamento de participações na IE Madeira e IE Garanhuns

Em 19 de março de 2026, ISA ENERGIA BRASIL assinou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Axia Energia para o descruzamento de participações societárias nas concessionárias IE Madeira e IE Garanhuns. A operação envolve a aquisição, pela Companhia, de 49% da IE Madeira detidos pela Axia Energia e Axia Nordeste, e a alienação de sua participação de 51% na IE Garanhuns para a Axia Nordeste, mediante pagamento de torna de R\$ 1,174 bilhão (base dezembro de 2025), sujeita a ajustes previstos em contrato. A conclusão da transação se encontra condicionada à

aprovação por autoridades regulatórias, como a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e credores.

Com a consumação da operação, a ISA ENERGIA BRASIL passará a deter 100% da IE Madeira, transmissora com 2.385 km de linhas em corrente contínua e Receita Anual Permitida ("RAP"), líquida de PIS/COFINS, de R\$ 760,7 milhões no ciclo 2025/2026, enquanto deixa de participar da IE Garanhuns, que possui 633 km de linhas e RAP líquida de PIS/COFINS de R\$ 157,9 milhões no mesmo ciclo. A transação reforça a estratégia de gestão ativa do portfólio de concessões da Companhia, com foco na criação de valor sustentável. [Clique aqui](#) para acessar o Fato Relevante.

Considerações sobre as informações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste documento referem-se ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 e foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 em 28 de maio de 2021 e orientações do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 da ANEEL.

A informação denominada EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre a Renda e Contribuição Social, Depreciação e Amortização – LAJIDA) está apresentada de acordo com a Resolução CVM 156/22.

Adicionalmente, as informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade regulatória de acordo com a Resolução Normativa nº 933 e Despacho nº 2.904:

(R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
(=) Lucro Líquido Regulatório	357,7	337,4	6,0%
(+) Particip. do Acionista não controlador	10,1	11,5	-12,0%
(+) IRPJ/CSLL	84,7	90,2	-6,0%
(-) Equivalência Patrimonial	-83,8	-75,1	11,5%
(+) Resultado Financeiro	482,9	351,4	37,4%
(+) Depreciação/Amortização	169,5	208,0	-18,5%
(=) EBITDA Regulatório	1.021,2	923,3	10,6%
(+) Equivalência Patrimonial	83,8	75,1	11,5%
(=) EBITDA Regulatório CVM 156/2022	1.105,0	998,4	10,7%

O cálculo do EBITDA de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas de contabilidade internacionais, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), a partir do EBITDA na contabilidade regulatória está disponível na sessão "Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)" deste documento ([clique aqui](#)).

ÍNDICE

EVENTOS DO PERÍODO	3
DESEMPENHO FINANCEIRO (RESULTADOS REGULATÓRIOS)	8
RECEITA OPERACIONAL	8
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (PMSO)	10
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	11
EBITDA E MARGEM	11
RESULTADO FINANCEIRO	12
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	13
IRPJ E CSLL	14
LUCRO LÍQUIDO ¹	14
COMPARATIVO DE RESULTADOS (REGULATÓRIO VS. IFRS)	15
ENDIVIDAMENTO	17
INVESTIMENTOS	18
INVESTIMENTOS EM REFORÇOS E MELHORIAS (“R&M”)	18
INVESTIMENTOS EM PROJETOS <i>GREENFIELD</i>	19
MERCADO DE CAPITAIS	20
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	20
DESEMPENHO DAS AÇÕES	20
SUSTENTABILIDADE	21
DESTAQUES DO PERÍODO	21
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	22
EVENTOS SUBSEQUENTES	24
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	25
REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA (RTP) - CONTRATOS LICITADOS	25
RAP CICLO 2025/2026	25
RENOVAÇÃO CONCESSÃO PAULISTA - CONTRATO 059/2001 (RBNI/RBSE)	28
PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI 4.819/58	29
GLOSSÁRIO	31
ANEXOS	34

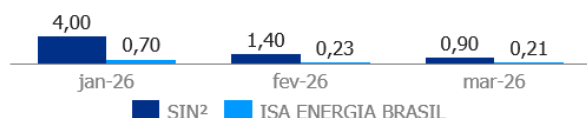
DESEMPENHO OPERACIONAL

Para os ativos de transmissão com tensão inferior a 230kv, associados aos pontos de conexão com agentes de distribuição, o principal indicador de desempenho operacional é o Índice de Energia Não Suprida ("IENS"). O IENS corresponde à relação percentual entre o volume total de energia não suprida aos agentes de distribuição ao longo das ocorrências registradas no período e a energia total que seria fornecida na ausência de interrupções. Esse indicador reflete, portanto, a quantidade de energia que deixou de ser consumida pelos consumidores finais em decorrência de falhas ou interrupções no sistema.

Segue abaixo a medição do IENS¹² da Companhia ao longo do primeiro trimestre de 2026:

IENS % 2026

x10⁻³%



¹ São considerados ativos de conexão com os agentes de distribuição com tensão inferior à 230kv.

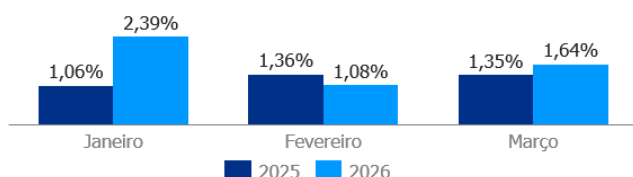
² Dado disponibilizado no relatório de março/2026 pelo SIN (Sistema Interligado Nacional).

Parcela Variável

A Parcela Variável ("PV") corresponde à parte da receita da concessionária de transmissão que varia de acordo com a disponibilidade das instalações de transmissão, conforme regras regulatórias vigentes. Eventuais desligamentos ou falhas que ultrapassem os limites regulatórios estabelecidos podem resultar em reduções dessa receita. O indicador da PV aplica-se aos ativos da rede básica com tensão igual ou superior a 230 kV e é apurado pela razão entre a PV bruta do período analisado e o valor da RAP.

Ao longo do 1T26, o desempenho da PV foi afetado, principalmente, por um desligamento de grande porte, já reativado, que aconteceu em janeiro.

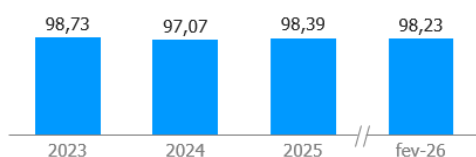
PV % 2026



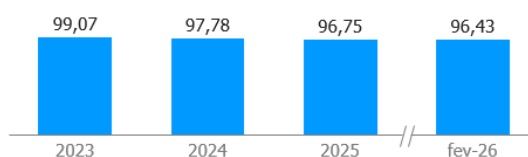
* Os dados da PV são dinâmicos e podem ser alterados posteriormente em função da conclusão de contestações junto à ONS.

Disponibilidade de ativos (%)

Linhas de Transmissão



Transformadores



* São considerados apenas ativos da rede básica

** O ONS calcula o indicador para famílias de equipamento, que é a junção do tipo e nível de tensão.

*** Dados acumulados em forma de janela móvel.

**** Fonte: ONS.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Resultados Regulatórios)

Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.379,5	1.281,8	7,6%
RBSE	511,5	568,6	-10,0%
Concessão Paulista (contrato 059)	504,7	436,4	15,7%
Operação e Manutenção (O&M) ¹	238,3	235,1	1,3%
Reforços e Melhorias (R&M)	266,5	201,2	32,4%
Contratos Licitados	315,3	253,9	24,2%
Parcela de Ajuste (PA) e Antecipações	37,0	0,9	4171,5%
Parcela Variável (PV)	-21,1	-15,9	32,3%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	32,0	38,1	-16,0%
Outras	14,0	12,2	14,9%
Receita Bruta	1.393,5	1.294,0	7,7%
Deduções	-167,2	-162,1	3,1%
Tributos e Contribuições (PIS e Cofins)	-120,2	-112,5	6,8%
Encargos Regulatórios ex RAP (CDE e PROINFA)	-28,2	-32,6	-13,4%
Encargos Regulatórios in RAP (P&D, RGR e TFSEE)	-18,8	-17,0	10,8%
Receita Líquida	1.226,3	1.131,9	8,3%

¹ RAP referente a parcela de operação e manutenção dos ativos existentes considerados no processo de renovação do contrato 059/2001.

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 1.393,5 milhões no 1T26, aumento de R\$ 99,5 milhões em relação ao 1T25 (+ 7,7%). Além do reajuste do ciclo tarifário para o ciclo 2025/2026 com atualização da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") do período (5,32%), as principais variações da receita no período foram:

Concessão Paulista (contrato 059/2001)

- ▲ Incorporação da RAP dos projetos de Reforços e Melhorias ("R&M") de grande porte energizados nos últimos 12 meses;
- ▼ Redução do componente financeiro da RBSE após a decisão da diretoria da ANEEL em junho de 2025, com novo fluxo vigente a partir de julho/25.

Contratos Licitados

- ▲ Energização dos projetos Água Vermelha no 2T25 e Riacho Grande no 4T25. Adicionalmente, a Companhia energizou parcialmente o projeto Piraquê, com 30% da RAP retroativa a novembro de 2025 e mais 61% da RAP a partir de fevereiro de 2026.

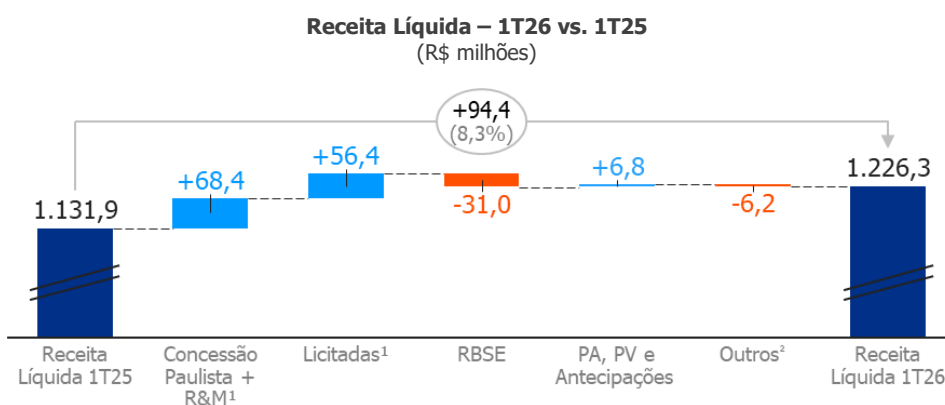
Parcelas De Ajuste (PA) e Antecipações

PA + Antecipação + Ressarcimento (R\$ Milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
PA Reajuste de ciclo	4,4	-7,2	n.a.
PA RBSE e RTP	0,0	-22,9	-100,0%
RBSE	0,0	-22,9	-100,0%
RTP	0,0	0,0	n.a.
Anuidade Melhorias	11,0	20,5	-46,4%
Antecipação (Superávit Déficit de Arrecadação)	21,5	-43,8	n.a.
Ressarcimento CDE	0,0	54,3	-100,0%
TOTAL	37,0	0,9	4171,5%

- ▲ Maior volume de antecipações relacionadas ao superávit ou déficit de arrecadação do setor: +R\$ 65,3 milhões, (R\$ 21,5 milhões no 1T26 vs. -R\$ 43,8 milhões no 1T25);
- ▼ Ressarcimento Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"): A partir de agosto de 2025, a Companhia alterou o tratamento contábil da CDE, que deixou de transitar pelo resultado. A mudança decorre do entendimento de que a CDE é um repasse e não constitui receita própria da Companhia e, assim, a receita bruta registrada de CDE era integralmente provisionada no mês subsequente. No 1T25 foi registrada receita de R\$ 54,3 milhões referente ao CDE;
- ▲ Fim da amortização da parcela do Ke no componente financeiro da RBSE após decisão da diretoria da ANEEL, em 10 de junho de 2025. O saldo dessa PA, que foi reconhecida em 2020 após a primeira RTP da Concessão Paulista e teve seu prazo de amortização estendido até 2028 com o reperfilamento do componente financeiro do RBSE, era amortizado mensalmente conforme o recebimento do mesmo, via RAP;
- ▼ Fim do recebimento retroativo da anuidade de melhorias do ciclo tarifário 23/24 em junho de 2025, devido a postergação da RTP de julho/2023 para julho/2024; e
- ▲ PA Reajuste de ciclo: melhora de R\$ 11,6 milhões (R\$ 4,4 milhões no 1T26 vs. -R\$ 7,2 milhões no 1T25), associada aos ajustes do ciclo tarifário (24/25 vs 25/26).

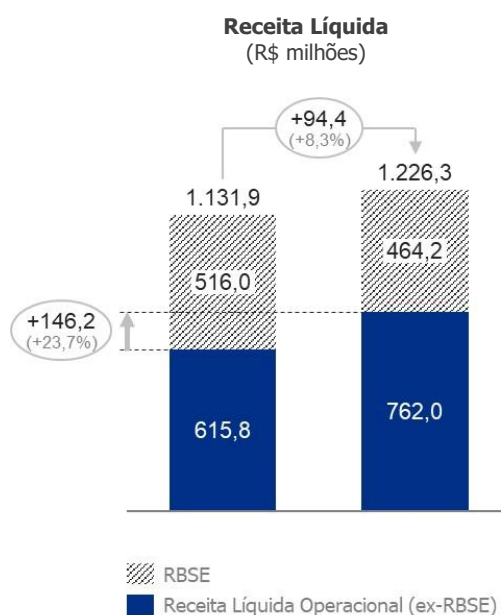
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida aumentou R\$ 94,4 milhões (+8,3%) em relação ao registrado no 1T25, totalizando R\$ 1.226,3 milhões.



¹ Considera atualização pelo IPCA e Energização de projetos | ² Parcela variável, encargos e tributos à receita.

A receita líquida ex-RBSE do 1T26 atingiu R\$ 762,0 milhões, incremento de R\$ 146,2 milhões (+23,7% vs. 1T25). Além do reajuste do ciclo tarifário pela inflação, a diminuição da RBSE foi compensada pelas energizações de projetos de R&M de grande porte e de projetos *greenfield* nos últimos 12 meses.



Custos e Despesas Operacionais (PMSO)

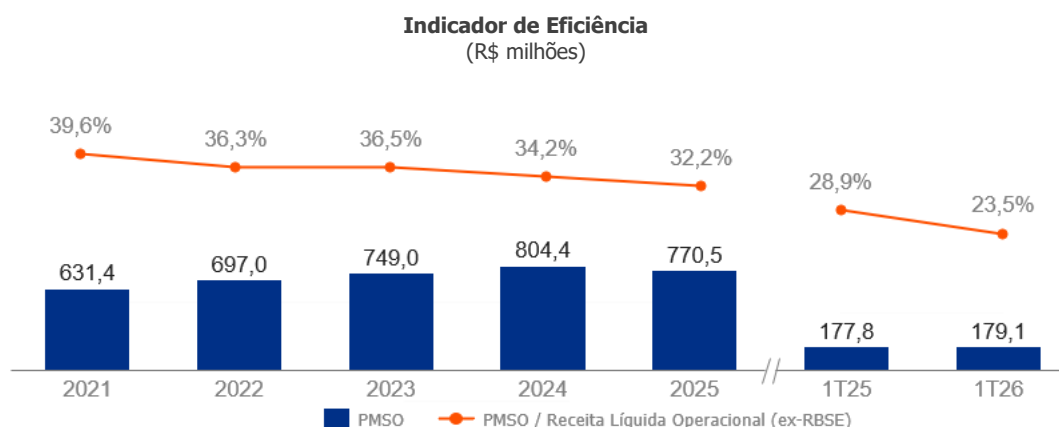
A componente gerenciável dos Custos e Despesas com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros ("PMSO") totalizou R\$ 177,7 milhões no 1T26 (+1,1% vs 1T25).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Pessoal	-106,4	-108,1	-1,5%
Materiais	-3,7	-4,1	-9,7%
Serviços	-45,1	-39,9	13,0%
Outros	-22,4	-23,7	-5,4%
PMSO (gerenciável)	-177,7	-175,8	1,1%
Não recorrentes	0,0	0,0	N.A.
Entidade de Previdência Privada	-1,4	-1,9	-29,6%
PMSO	-179,1	-177,8	0,7%
Contingências	-0,6	-1,8	-65,9%
Depreciação	-169,5	-208,0	-18,5%
Demais custos e despesas	-170,1	-209,8	-18,9%
Total	-349,2	-387,6	-9,9%

Seguem os principais eventos que causaram variações no PMSO gerenciável do período:

- ▼ **Pessoal:** (i) maior capitalização de horas do quadro técnico e; (ii) redução dos gastos com remuneração variável.
- ▲ **Serviços:** (i) maiores despesas com conservação, limpeza de faixa, prestação de serviços de roçada e inspeção de área; e (ii) maiores gastos associados a *softwares* que utilizam inteligência artificial sobre dados de inspeção para planejamento de manutenção. Os efeitos foram parcialmente compensados por menores gastos com auditoria.
- ▼ **Outros:** impacto positivo em (i) regularização de inventário de sobressalentes; e (ii) menores despesas relacionadas ao arrendamento de veículos e imóveis. Esses efeitos foram parcialmente compensados por maior despesa com IPTU no 1T26.

O gráfico a seguir mostra a evolução da eficiência operacional da Companhia medida pela relação entre o PMSO e a receita líquida ex-RBSE.



DEPRECIÇÃO

A Companhia registrou R\$ 169,5 milhões em despesa com depreciação no 1T26. A redução de 18,5% (R\$ 38,5 milhões) sobre a depreciação registrada no 1T25 deve-se, principalmente a:

- Fim da depreciação represada dos ativos da RBSE, que possuía valor trimestral de R\$ 51,9 milhões, em junho de 2025. Essa depreciação refere-se ao período compreendido entre a renovação do contrato da Concessão

Paulista (jan/2013) e o início do pagamento do componente econômico do RBSE (jun/2017) que foi amortizado em 8 anos conforme a regulação; e

- ii. Unitização de ativos junto à ANEEL que gerou depreciação retroativa de R\$ 11,5 milhões no 1T26.

Com isso, os custos e despesas totalizaram R\$ 349,2 milhões no 1T26 (-9,9% vs. 1T25), redução de R\$ 38,4 milhões.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas Operacionais (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receitas	9,2	5,1	82,0%
Alienação de bens inservíveis à operação	2,7	3,2	-17,8%
Atualização de valores de precatórios a receber (terreno SJC)	2,9	1,8	57,7%
Recebimento de indenização de seguros	1,9	0,0	N.A.
Ganho e Remuneração da SE Centro	1,8	0,0	N.A.
Despesas	-34,3	-35,5	-3,5%
Alienação de bens inservíveis à operação	-3,3	-2,4	34,9%
Amortização de mais valia (PBTE e SF Energia)	-13,5	-14,1	-4,3%
Custo com desativação de bens*	-17,5	-19,0	-7,9%
Outros	-0,4	1,4	n.a
Total	-25,4	-29,0	-12,5%

* custos com serviço de desativação, alienação e baixa de ativos

A ISA ENERGIA BRASIL registrou despesa de R\$ 25,4 milhões na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais" no 1T26 (-12,5% vs. 1T25). A melhora na rubrica deve-se, principalmente, a: (i) recebimento de indenizações de seguros referentes a sinistro de transformador que ocorreu em 2022; (ii) homologação no 2T25, pela ANEEL, da remuneração devida pelos ativos da Subestação Centro ("SE Centro") gerando receita adicional recorrente de R\$ 1,8 milhão.

EBITDA e MARGEM

O EBITDA do 1T26 totalizou R\$ 1.021,2 milhões, aumento de R\$ 97,9 milhões (+10,6% vs. 1T25) e margem de 83,3% (+1,7 p.p. vs. 1T25).

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Líquida	1.226,3	1.131,9	8,3%
Custos e despesas (ex-depreciação)	-179,7	-179,6	0,1%
Outras despesas e receitas (ex-amortização)	-25,4	-29,0	-12,5%
EBITDA	1.021,2	923,3	10,6%
Margem EBITDA	83,3%	81,6%	1,7 p.p.

A variação é explicada, principalmente, por:

- ▲ Entrada em operação de projetos *greenfield* e de reforços e melhorias de grande porte nos últimos 12 meses;
- ▼ Controle de custos e despesas;
- ▼ Redução do componente financeiro da RBSE após decisão da ANEEL em junho de 2025; e
- ▼ Encerramento, em junho de 2025, do recebimento retroativo da anuidade de melhorias do ciclo tarifário 23/24.

EBITDA (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conj.		
	1T26	1T25	Var (%)
Consolidado	1.021,2	923,3	10,6%
Controladas em Conjunto	180,3	164,9	9,4%
IE Madeira (51%)	82,4	74,8	10,0%
IE Garanhuns (51%)	18,2	16,1	13,4%
IE Aimorés (50%)	12,8	11,9	7,3%
IE Paraguaçu (50%)	19,1	17,4	9,5%
IE Ivaí (50%)	47,9	44,6	7,3%
Total	1.201,5	1.088,1	10,4%

O EBITDA da participação da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas controladas em conjunto totalizou R\$ 180,3 milhões no 1T26, aumento de R\$ 15,4 milhões (+9,4%) em relação ao 1T25.

O EBITDA total, considerando o consolidado da ISA ENERGIA BRASIL e as controladas em conjunto (não consolidadas), foi de R\$ 1.201,5 milhões no 1T26 (+10,4% vs. 1T25). Além do avanço do EBITDA Consolidado, o EBITDA de todas as controladas em conjunto também cresceu, levando ao melhor desempenho no 1T26. Mais detalhes estão disponíveis na sessão "Equivalência Patrimonial" deste documento ([clique aqui](#)).

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Financeira	84,7	92,8	-8,7%
Rendimento de aplicação financeira	57,1	80,4	-29,0%
Outros	27,6	12,3	123,6%
Despesa Financeira	-567,6	-444,1	27,8%
Juros e encargos sobre empréstimos	-381,8	-274,0	39,3%
Variação Monetária	-163,4	-159,1	2,7%
Outras	-22,4	-11,0	102,7%
Total	-482,9	-351,4	37,4%

A Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 482,9 milhões no 1T26, com aumento de R\$ 131,5 milhões (+37,4%) em comparação ao 1T25, resultado impactado principalmente por:

- ▼ **Aplicações financeiras:** menor rendimento (-29,0% vs. 1T25) em decorrência do menor saldo médio aplicado;
- ▲ **Juros e encargos sobre empréstimos:** refletem a maior posição de dívida bruta (+39,3% vs. mar/25), impulsionado pelas três captações realizadas pela Companhia em 2025 (18ª a 20ª emissões), além do 4º desembolso do BNDES no 1T25 e da variação do CDI no período (+42 bps vs. 1T25); e
- ▲ **Variação monetária:** Apesar do arrefecimento da inflação no período (2,0% 1T25 vs 1,4% no 1T26), a despesa com variação monetária aumentou em função da maior participação de passivos indexados ao IPCA, que passou de 59% no 1T25 para 66% no 1T26. Para fins contábeis, o 4T considera a inflação dos meses de dezembro a fevereiro.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
IE Madeira (51%)	48,4	37,3	30,0%
IE Garanhuns (51%)	13,5	11,6	16,5%
AIE (50%)	21,9	26,3	-16,7%
IE Aimorés	6,4	9,5	-33,3%
IE Paraguaçu	7,9	14,2	-44,4%
IE Ivaí	7,6	2,6	195,3%
Total	83,8	75,1	11,5%

O resultado da equivalência patrimonial foi R\$ 83,8 milhões no 1T26, incremento de R\$ 8,7 milhões (+11,5%) em relação ao registrado no 1T25. Seguem os detalhamentos por empresa:

IE Madeira

Aumentou R\$ 11,2 milhões (+30,0%) em relação ao 1T25 para R\$ 48,4 milhões no 1T26. O desempenho foi explicado principalmente por: (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (5,32%); (ii) menor incidência de Parcela Variável por Indisponibilidade ("PVI"), que teve efeito negativo de R\$ 8,2 milhões no 1T25; e (iii) redução da despesa financeira líquida (R\$ 9,6 milhões) devido a menor posição de dívida bruta.

IE Garanhuns

Apresentou aumento de R\$ 1,9 milhão (+16,5%) em comparação ao resultado do 1T25 devido, principalmente, a (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA (5,32%); e (ii) variação positiva de R\$ 2,6 milhões na PA.

Aliança Interligação Elétrica ("AIE")

Composta por três empreendimentos em sociedade com a TAESA (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí), a AIE apresentou redução de R\$ 8,7 milhões no 1T26 (-16,7% vs. 1T25) explicada, principalmente, por:

- IE Aimorés e IE Paraguaçu: maior despesa financeira devido à maior posição da dívida; parcialmente compensada pelo (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA; e (ii) controle dos custos e despesas operacionais (PMSO).
- IE Ivaí: (i) reajuste do ciclo tarifário pelo IPCA; (ii) controle de custos e despesas operacionais (PMSO); e (iii) redução da despesa financeira devido ao menor resultado de variação monetária sobre a dívida.

[Clique aqui](#) para verificar a demonstração de resultado sintética das controladas em conjunto.

IRPJ e CSLL

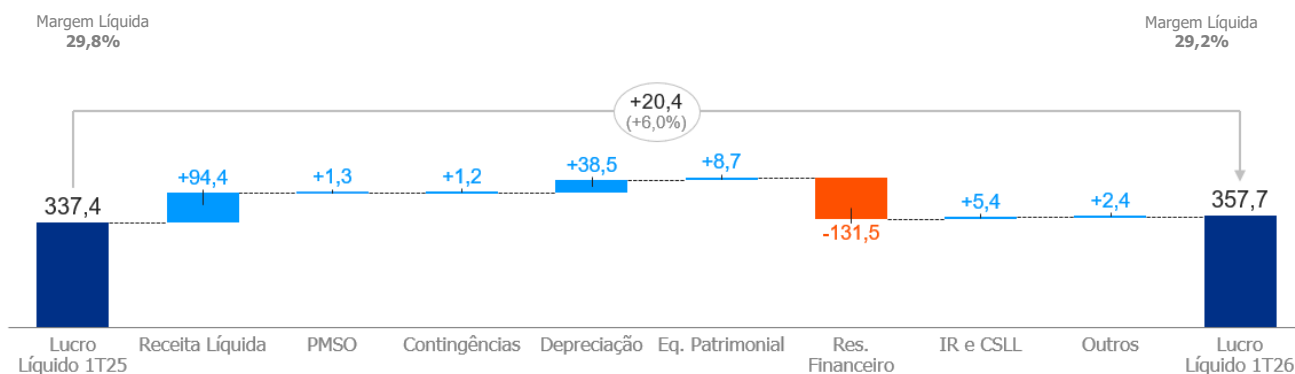
IRPJ CSLL (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Corrente	-83,2	-94,9	-12,4%
Diferido	-1,6	4,8	n.a
Total	-84,7	-90,2	-6,0%
Taxa efetiva	18,7%	20,5%	-1,8 p.p

A Companhia registrou despesa de R\$ 84,7 milhões com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IR/CSLL") no 1T26, frente à despesa de R\$ 90,2 milhões contabilizada no mesmo período do ano anterior, representando uma redução de 6,0%. Excluindo o resultado de equivalência patrimonial, a taxa efetiva apurada de imposto no 1T26 foi de 18,7%, 1,8 p.p. menor que a taxa efetiva registrada no 1T25 (20,5%). O resultado do trimestre é explicado, principalmente, pela menor representatividade do resultado da controladora devido à redução da RBSE, que possui alíquota superior à aplicada nas empresas controladas em regime fiscal de lucro presumido.

Lucro Líquido¹

Como resultado das explicações apresentadas, o lucro líquido do trimestre totalizou R\$ 357,7 milhões, aumento de R\$ 20,4 milhões (+6,0%) em relação ao 1T25.

Lucro Líquido¹ 1T26 vs 1T25
(R\$ milhões)



¹ ajustado pela participação do acionista não controlador.

Comparativo de Resultados (Regulatório vs. IFRS)

No 1T26, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 609,1 milhões na contabilização IFRS, resultado R\$ 104,2 milhões menor (-14,6%) que o registrado no 1T25. A Demonstração de Resultados detalhada na contabilidade IFRS está disponível no [anexo IX](#) deste documento.

Demonstração de Resultado (IFRS) (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Líquida	2.510,8	2.412,0	4,1%
Custos dos Serviços de Implementação da infraestrutura, operação e manutenção e de serviços prestados	-1.357,0	-1.246,4	8,9%
Lucro Bruto	1.153,8	1.165,7	-1,0%
Receitas e Despesas Operacionais	79,1	100,2	-21,0%
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	1.232,9	1.265,8	-2,6%
Resultado Financeiro	-483,0	-351,6	37,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	749,9	914,3	-18,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130,7	-189,6	-31,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado	619,1	724,7	-14,6%
Participação do Acionista não Controlador	-10,1	-11,5	-12,0%
Lucro/Prejuízo	609,1	713,2	-14,6%

Receita - IFRS 15: No IFRS, as receitas que se referem aos investimentos realizados ao longo da concessão são registradas com o reconhecimento da margem de implementação de infraestrutura e determinação da taxa de desconto do ativo contratual. Além disso, existe a receita de remuneração dos ativos de contrato que é a recomposição do valor a receber pela taxa de desconto ao longo do tempo. No regulatório, a receita reflete a RAP registrada conforme o faturamento no prazo da concessão.

Custos dos investimentos: No IFRS, os custos de implementação de infraestrutura referem-se ao investimento realizado no período de obra, calculados a partir do investimento das aquisições de CapEx (equipamentos, serviços e mão de obra interna e externa). No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado.

Depreciação: No IFRS, não há depreciação de ativos da concessão, uma vez que estes não são considerados ativo imobilizado, e sim ativo contratual ou financeiro. O imobilizado do IFRS refere-se substancialmente a bens utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão. No regulatório, os ativos da concessão são considerados ativo imobilizado e depreciados linearmente considerando sua vida útil.

Equivalência Patrimonial: Os principais efeitos da equivalência patrimonial são reflexo das explicações da receita, custos e depreciação para as empresas controladas em conjunto.

IR/CSLL: No IFRS, o IR/CSLL são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei 12.973/14, de forma que os valores efetivamente tributados consideram a realização do caixa. A Companhia adota o regime de lucro real com estimativa mensal.

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade IFRS de acordo com a Resolução CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
(=) Lucro Líquido IFRS	609,1	713,2	-14,6%
(+) Particip. do Acionista não controlador	10,1	11,5	-12,0%
(+) IRPJ/CSLL	130,7	189,6	-31,0%
(-) Equivalência Patrimonial	-130,9	-155,3	-15,7%
(+) Resultado Financeiro	483,0	351,6	37,4%
(+) Depreciação/Amortização	8,8	8,6	2,1%
(=) EBITDA IFRS	1.110,8	1.119,1	-0,7%
(+) Equivalência Patrimonial	130,9	155,3	-15,7%
(=) EBITDA IFRS CVM 156/2022	1.241,7	1.274,4	-2,6%

Segue o cálculo do EBITDA na contabilidade Regulatória a partir do EBITDA CVM 156/22:

(R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
EBITDA IFRS (CVM 156/22)	1.241,7	1.274,4	-2,6%
(-) Receita de implementação da infraestrutura	-1.687,8	-1.331,4	26,8%
(-) Remuneração dos ativos de concessão	-727,3	-1.007,2	-27,8%
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-19,0	-7,2	161,8%
(-) Receita de O&M	-355,5	-332,7	6,9%
(+) Receita de uso da rede elétrica	1.381,8	1.281,8	7,8%
(+) Outras receitas	1,2	3,5	-65,4%
(+) PIS e COFINS diferidos	122,1	113,0	8,0%
(+) Custo de implementação da infraestrutura	1.219,4	1.108,0	10,1%
(-) Custo de O & M	4,5	4,3	5,9%
(-) Despesas gerais e administrativas	-2,4	3,8	n.a
(-) Equivalência patrimonial	-47,1	-80,2	-41,3%
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	-26,6	-31,8	-16,3%
EBITDA REGULATÓRIO (CVM 156/22)	1.105,0	998,4	10,7%
(-) Equivalência Patrimonial	-83,8	-75,1	11,5%
EBITDA REGULATÓRIO	1.021,2	923,3	10,6%

ENDIVIDAMENTO

Empréstimos e Financiamentos R\$ (milhões)	31/03/2026	31/12/2025	Var (%)
Dívida Bruta³	16.297,0	16.007,3	1,8%
Curto Prazo	408,6	604,8	-32,4%
Longo Prazo	15.888,4	15.402,6	3,2%
Disponibilidades Consolidadas	1.309,1	2.165,0	-39,5%
ISA ENERGIA BRASIL e Controladas	919,9	1.879,4	-51,1%
Subsidiárias controladas em conjunto ¹	389,2	285,5	36,3%
Dívida Líquida²	15.377,1	14.127,9	8,8%

¹ Parte dos recursos da Companhia estão em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados de forma segregada pelas subsidiárias controladas 100% e controladas em conjunto (IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguai e IE Ivaí) e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

² Dívida líquida considera disponibilidades ISA ENERGIA BRASIL e subsidiárias controladas 100%.

³ Considera arrendamentos mercantis (*leasing*), segundo manual de contabilidade do setor elétrico ("MCSE") vigente a partir de janeiro de 2022, o qual considera adoção do CPC 6 pela ANEEL.

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 16.297,0 milhões ao final do 1T26, aumento de R\$ 289,6 milhões (+1,8%) em relação ao saldo final do 4T25. A Companhia também encerrou o 1T26 com o total de R\$ 1.309,1 milhões em disponibilidades (-39,5% vs. 31 de dezembro de 2025).

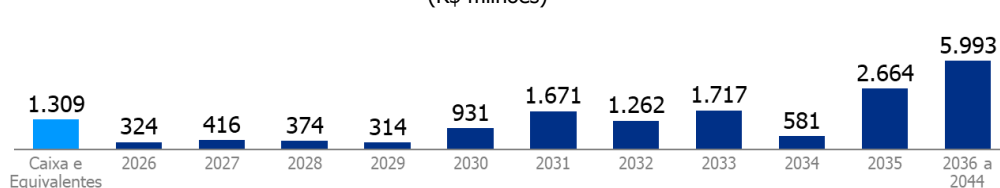
Ao excluir as disponibilidades das empresas controladas em conjunto, em 31 de março de 2026, a dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 15.377,1 milhões, aumento de R\$ 1.249,2 milhões (+8,8% vs. 31 de dezembro de 2025). O aumento da dívida líquida deve-se, principalmente a (i) pagamento de R\$ 495,3 milhões em Juros Sobre Capital Próprio ao longo do 1T26; (ii) aumento de cerca de R\$ 300 milhões na linha de debêntures emitidas em função, principalmente, da atualização monetária das dívidas indexadas ao IPCA.

A Companhia concluiu a 21ª emissão de debêntures no montante de R\$ 3,9 bilhões no 1T26. A operação teve a finalidade de *liability management*, sendo integralmente utilizada para aquisição facultativa das 9ª, 13ª, 15ª (1ª, 2ª e 3ª série) e 16ª emissões de debêntures, contribuindo para a otimização da estrutura de capital ao alongar o prazo médio das dívidas pré-pagas em 2,7 anos e reduzir o *spread* médio contratado em cerca de 80 bps.

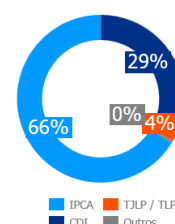
Além da 21ª emissão, o arrefecimento do IPCA nos últimos 12 meses contribuiu para a redução do custo médio nominal da dívida, que atingiu 11,64% a.a. no 1T26, ante 12,36% a.a. no 4T25. Esses efeitos compensaram a variação do CDI¹, que avançou 42 bps, enquanto o IPCA desacelerou 125 bps.

O prazo médio da dívida consolidada da Companhia em 31 de março de 2026 era de 8,7 anos (vs. 8,3 anos em 31 de dezembro de 2025). O aumento do prazo médio consolida o perfil de endividamento em longo prazo da Companhia compatível com a natureza do negócio, que apresenta baixo risco e alta previsibilidade de receitas e geração de caixa operacional, características que são destacadas pela Fitch ao atribuir o *rating* corporativo "triplo A" em escala local com perspectiva estável para a Companhia.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta
(R\$ milhões)



Indexação da Dívida
31/03/2026



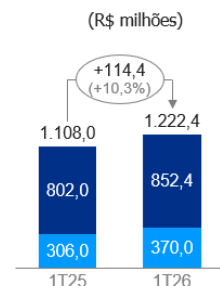
Cabe destacar que apenas os contratos de financiamento com o BNDES (R\$ 669,1 milhões em 31 de março de 2026) possuem *covenants* financeiros, que são medidos anualmente pelo índice Dívida Líquida/EBITDA registrado no 4T e que tem como limite 3,0x. Em 2025 o BNDES enviou carta formalizando a abstenção da declaração de vencimento antecipado dos contratos de financiamento da Companhia em razão de eventual descumprimento dos indicadores "Dívida Líquida/EBITDA Ajustado" e/ou "Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)" referentes ao exercício de 2025 (para maiores detalhes [acesse aqui](#)). O índice de alavancagem gerencial, seguindo a metodologia do BNDES, foi de 3,72x no 1T26, comparado a 3,63x no 4T25. Mais detalhes sobre a alavancagem estão no [anexo VII](#) deste documento e maiores informações sobre o endividamento estão disponíveis no website da Companhia ([clique aqui](#)).

(*) Razão entre (i) Custo médio nominal; e (ii) IPCA últimos 12 meses.

¹ CDI 1T26 3,4% - 1T25 2,9%

INVESTIMENTOS

A ISA ENERGIA BRASIL, suas empresas controladas e empresas controladas em conjunto investiram R\$ 1.222,4 milhões no 1T26, aumento de R\$ 114,4 milhões (+10,3%) em relação a 1T25. A variação é explicada, principalmente, (i) pelo aumento de R\$ 64,1 milhões (+20,9%) em investimentos em projetos de Reforços e Melhorias, e (ii) pelo maior CapEx em projetos *greenfield*, com destaque para o montante investido nos projetos Serra Dourada, Itatiaia e Piraquê, que receberam, respectivamente, R\$ 427,2 milhões, R\$ 245,1 milhões e R\$ 114,4 milhões.

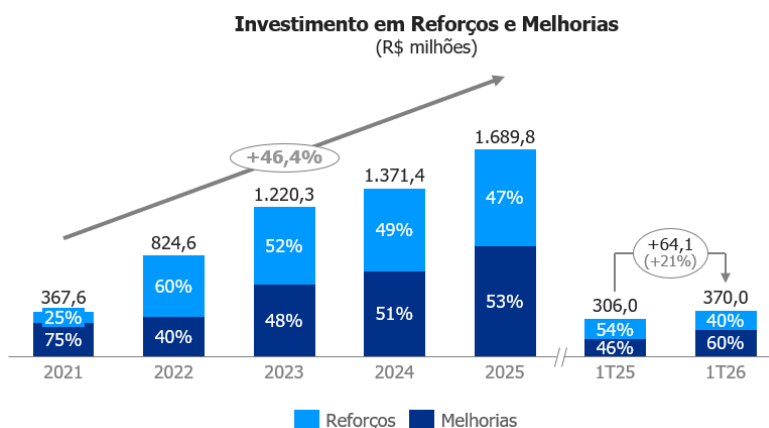


■ Greenfield ■ Reforços e Melhorias

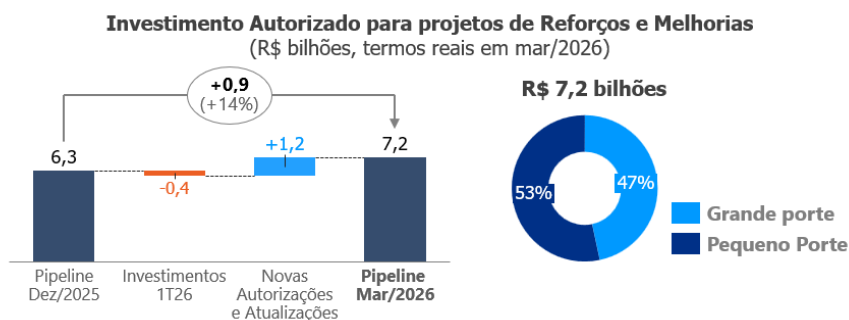
Investimentos em Reforços e Melhorias ("R&M")

A renovação contínua dos ativos é fundamental para a gestão eficiente do sistema de transmissão. Além de garantir a excelência na prestação de serviço com confiabilidade e segurança, permite a redução estrutural de custos de O&M e traz maior longevidade aos ativos.

A Companhia realizou investimentos de cerca de R\$ 370,0 milhões em projetos de R&M no 1T26, aumento de R\$ 64,1 milhões (+20,9%) em comparação ao 1T25. Durante o primeiro trimestre de 2026, foram energizados 19 projetos de R&M, sendo 2 de grande porte e 17 de pequeno porte.

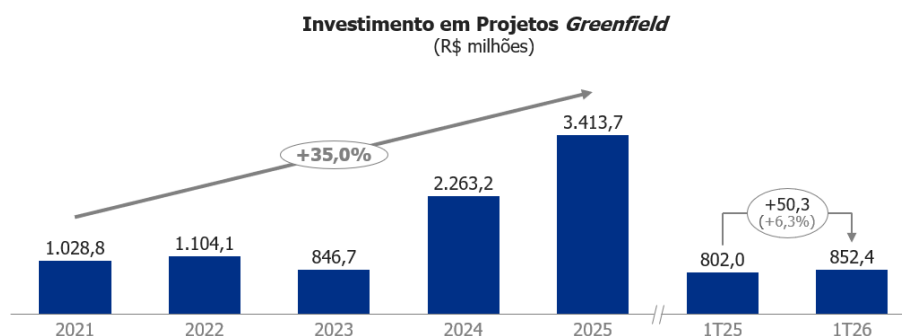


Considerando o investimento realizado ao longo do trimestre, as novas autorizações obtidas, as atualizações de custo ao longo do período, e a correção monetária pelo IPCA, a carteira de projetos de R&M autorizada ao fim do 1T26 totaliza cerca de R\$ 7,2 bilhões a serem executados pela Companhia até 2033. Estes investimentos são remunerados conforme a regulação e cabe destacar que a receita de aproximadamente 56% do investimento autorizado entre fevereiro de 2023 e junho de 2027 refere-se a projetos de pequeno porte e, portanto, será habilitada somente na RTP prevista para acontecer em 2028, com pagamento da receita retroativa às respectivas datas de entrada em operação de cada projeto. Os demais projetos (grande porte) são autorizados com receita previamente definida via Resolução Autorizativa ("ReA") e passam a receber receita imediatamente após a entrada em operação.



Investimentos em Projetos *Greenfield*

Durante o 1T26, a Companhia investiu R\$ 852,4 milhões em projetos licitados com aumento de R\$ 50,3 milhões (+6,3%) vs o 1T25. Os recursos foram direcionados, principalmente, aos projetos Serra Dourada (R\$ 427,2 milhões), que registrou 7 p.p. em seu avanço físico entre o 4T25 e o 1T26, Itatiaia (R\$ 245,0 milhões), e Piraquê (R\$ 114,4 milhões), que obteve o TLR para o bloco 2 do empreendimento, habilitando cerca de 91,5% de sua RAP a partir de fevereiro de 2026.



Com a energização do bloco 2 do projeto Piraquê e do projeto Jacarandá, (energizado ao fim do 1T26), a Companhia segue com o planejamento e execução de três projetos *greenfield*, incluindo o bloco 3 do projeto Piraquê, que possuem RAP ciclo 2025/2026 total de R\$ 913,1 milhões e cerca de R\$ 5,0 bilhões em CAPEX remanescente.

Segue tabela com informações dos projetos em construção:

Leilões	Projetos	Situação Atual	Contrato	Empresa	UF	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 25/26 (R\$ milhões)	Início das Obras	Prazo ANEEL	Avanço Físico ¹	CapEx Total do Projeto Participação ISA ENERGIA BRASIL (R\$ milhões)	
										Total ANEEL (valor real, mar/26)	ISA ENERGIA BRASIL (valor real, realizado até 31/03/26)
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Bloco 1)	Operacional	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	MG / ES	102,9	3T24	set-27	98%	4.436	3.781,7
	Piraquê (Bloco 2)	Operacional				211,0					
	Piraquê (Bloco 3)	Em Obras				29,2					
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	Em Obras	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	BA/MG	321,8	3T25	mar-29	37%	3.679,3	1.334,8
	Itatiaia (Lote 7)	Licenciamento Ambiental	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	RJ/MG	248,2	-	mar-29	28%	2.729,9	481,2
Total (4)						913,1				10.844,8	5.597,6

¹Avanço do Projeto: evolução de todas as atividades relativas ao empreendimento até sua energização.

Mais informações sobre os projetos *greenfield* estão disponíveis no website da Companhia e você pode acessar [clikando aqui](#).

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina que atua nos setores de energia elétrica, rodovias e telecomunicações, a Companhia possuía, em 31 de março de 2026, 64,2% das ações em circulação (*free float*).

Acionistas	ISAE3 (ON)		ISAE4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	89,50%	5.144.528	1,28%	236.001.360	35,82%
Administração	-	-	-	-	-	-
Ações em Circulação (Free Float)	27.080.900	10,50%	395.801.044	98,72%	422.881.944	64,18%
Axia Energia	25.106.829	9,73%	117.399.836	29,28%	142.506.665	21,63%
Outros	1.974.071	0,77%	278.401.208	69,44%	280.375.279	42,55%
Total	257.937.732	100,00%	400.945.572	100,00%	658.883.304	100,00%

Data base: 31/03/2026.

A posição acionária é referente a data base de fechamento do 1T26 e, portanto, não reflete a conversão de ações aprovada pelo Conselho de Administração em 07/04/2026 descrita na sessão de Eventos Subsequentes.

Desempenho das Ações

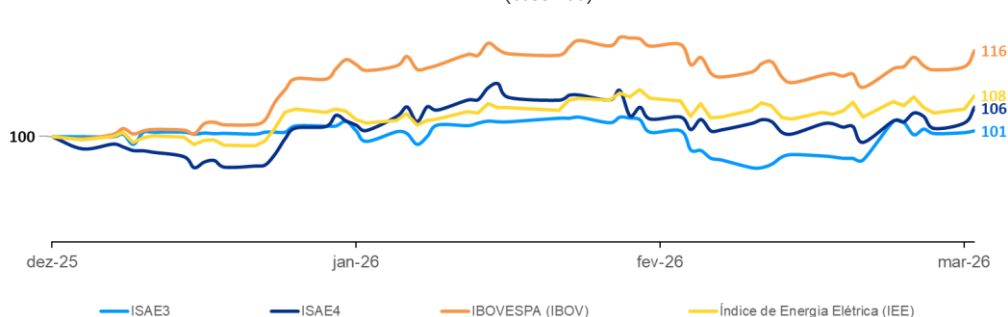
As ações ordinárias ("ISAE3") e preferenciais ("ISAE4") da ISA ENERGIA BRASIL encerraram o 1T26 cotadas, respectivamente, a R\$ 34,39 (+1,1% vs. preço de fechamento do 4T25) e R\$ 29,09 (+5,6% vs. preço de fechamento do 4T25). Neste mesmo período, o Índice de Energia Elétrica ("IEE") e o Ibovespa ("IBOV") apresentaram valorizações de 7,8% e 16,3%, respectivamente. A Companhia encerrou o 1T26 com valor de mercado de R\$ 20,5 bilhões e, o volume financeiro médio diário negociado ("ADTV"²) da ISAE4 no trimestre foi de R\$ 68,9 milhões (+31,0% vs. 4T25).

Mercado de Capitais	1T26	4T25	1T25
Valor de Mercado ¹ (R\$ bilhões)	658.882.604	658.882.604	658.882.604
ISAE3			
Volume médio/dia (mil ações)	2,4	3,2	2,2
Volume financeiro médio/dia - ADTV ² (R\$ mil)	120	99	69
Cotação Média (R\$)	32,36	30,93	30,79
Preço de fechamento (R\$)	34,39	34,00	32,39
ISAE4			
Volume médio/dia (mil ações)	2.136	2.699	1.855
Volume financeiro médio/dia - ADTV ² (R\$ mil)	68.876	80.919	42.450
Cotação Média (R\$)	26,18	24,26	22,76
Preço de fechamento (R\$)	29,09	27,54	23,80

¹ calculado a partir do preço de fechamento das ações no período | ² volume diário médio de negociações diárias (ADTV)

Atualmente, a Companhia integra 19 índices com destaque para o Ibovespa, Índice de Energia Elétrica ("IEE"), Índice de Governança Corporativa ("IGC"), Índice de Dividendos ("IDIV") e Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE").

Evolução ISAE3 x ISAE4 x Ibovespa x IEE – 2025
(base 100)



IBOVESPA B3 IBRA B3 IDIV B3 IEE B3 IGC B3 IGCT B3 MLCX B3 UTIL B3 IBRX100 B3 ICO2 B3 IBSD B3
IDIVERSA B3 ISE B3 IBBR B3 IBEP B3 IBEW B3 IBLV B3 IBBE B3 IBBC B3

SUSTENTABILIDADE

Os dados e indicadores apresentados referem-se à ISA ENERGIA BRASIL e suas subsidiárias de participação integral, salvo indicação em nota de rodapé. A gestão dessas informações é supervisionada e revisada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG").

Os investimentos e iniciativas da Companhia são alinhados à sua agenda de desenvolvimento sustentável e refletem sua essência, com o compromisso de priorizar a vida e garantir uma transição energética resiliente, segura, limpa e justa. Saiba mais sobre os compromissos no [site](#) da Companhia.

Destaques do Período

Reconhecimento fortalece cultura organizacional

No 1T26, a ISA ENERGIA BRASIL conquistou a certificação *Great Place to Work* ("GPTW") que reflete o alto nível de engajamento interno, com 96% de adesão à pesquisa de clima organizacional, e reforça a maturidade da cultura da Companhia, baseada em confiança, respeito, colaboração e valorização das pessoas, em linha com os compromissos de sustentabilidade, diversidade e bem-estar.

Inteligência climática reforça adaptação e resiliência do sistema elétrico

Como parte de sua Estratégia de Adaptação Climática, a ISA ENERGIA BRASIL implantou, em parceria com a Climatempo, uma rede própria de estações meteorológicas no Estado de São Paulo. A iniciativa permitirá o monitoramento climático contínuo até 2030, ampliando a capacidade de antecipação, prevenção e resposta a eventos extremos, como ventos intensos, tempestades e incêndios florestais. O projeto fortalece a resiliência das linhas de transmissão e a gestão preventiva dos ativos, apoiando decisões operacionais baseadas em dados e ciência climática.

Gestão climática consistente garante permanência no ICO2 B3

Em janeiro de 2026, a ISA ENERGIA BRASIL foi listada, pelo quarto ano consecutivo, na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), que reconhece companhias com as melhores práticas de eficiência e gestão de emissões de gases de efeito estufa ("GEE"). A empresa integra o seleto grupo de 14 organizações que atendem integralmente todas as práticas da metodologia do índice, reforçando a robustez de sua governança climática, a transparência na divulgação de dados ambientais e a consistência da estratégia de descarbonização alinhada à trajetória Net Zero até 2050.

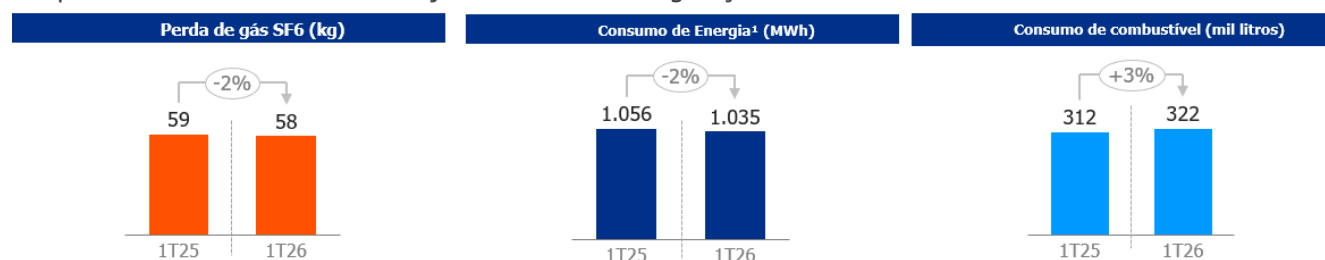
Indicadores de Sustentabilidade

Desempenho das Fontes de Emissão de CO₂

Em linha com o avanço na execução de sua estratégia de descarbonização, com o compromisso de alcançar emissões líquidas zero até 2050, com meta intermediária de redução de 60% até 2040, no 1T26, a ISA ENERGIA BRASIL registrou diminuição em 2% nas perdas de gás SF₆, em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o fortalecimento das ações como o controle rigoroso de perdas, prevenção e remediação eficaz.

O consumo de energia elétrica proveniente das concessionárias apresentou queda de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Após ciclos de maior consumo vinculados à intensificação de obras de reforços e melhorias que ainda estão em andamento, a redução observada no 1T26 está associada à ausência de ativos da IE EVRECY, que teve sua concessão encerrada no decorrer de 2025. No 1T26, o volume de combustível abastecido apresentou crescimento de 3% em relação ao mesmo período de 2025, refletindo maior intensidade operacional com maior necessidade de deslocamentos para determinadas operações.

A companhia segue avançando com disciplina operacional para a mitigação de riscos climáticos e o alinhamento do compromisso institucional com a trajetória Net Zero e a geração de valor sustentável.



¹ considera o consumo de energia proveniente exclusivamente da concessionária.

Saúde e Segurança do Trabalho ("SST")

Ao longo do trimestre, a Companhia reforçou as ações preventivas em SST, com empresas contratadas, no fortalecimento das Regras de Ouro, na comunicação contínua por meio de informativos educativos e na realização da Parada Proativa pela Vida, que promoveu reflexão coletiva sobre comportamentos seguros. Adicionalmente, foram intensificadas as caminhadas de segurança, ampliando a identificação de riscos e oportunidades de melhoria nos ambientes operacionais.

Essas iniciativas visam mitigar riscos operacionais, fortalecer a cultura de segurança e sustentar a execução segura da estratégia de crescimento da Companhia, tendo a segurança como valor inegociável.

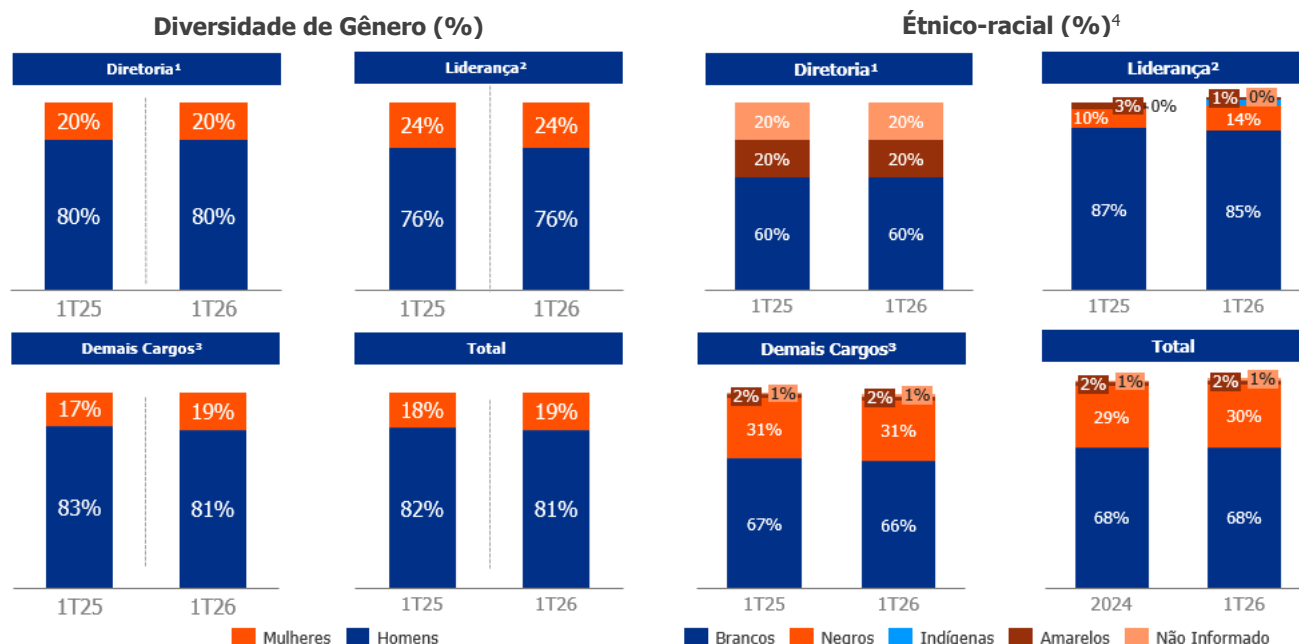
Categoria / Colaboradores	1T25	1T26	Var (%)
Acidentes sem afastamento			
Próprios	1	1	0%
Terceiros	2	8	300%
Total	3	9	200%
Acidentes com Afastamento			
Próprios	0	0	N.A.
Terceiros	2	1	-50%
Total	2	1	-50%
Acidentes com óbitos			
Próprios	0	0	N.A.
Terceiros	0	0	N.A.
Total	0	0	N.A.
Taxa de frequência de acidentes			
Próprios	1,3	1,4	3%
Terceiros	0,9	1,8	109%

Diversidade

As ações de Diversidade, Equidade e Inclusão ("DE&I") estão alinhadas à estratégia da ISA ENERGIA BRASIL, contribuem para a sustentabilidade dos resultados e para a geração de valor de longo prazo. Um dos destaques fica com o Programa Riqueza Humana com foco na atração, desenvolvimento e aceleração de carreira de profissionais dos grupos de afinidade Mulheres, Pessoas com Deficiência, Raça e Etnia e LGBTI+, de forma integrada à estratégia corporativa e aos processos de gestão de pessoas.

No 1T26, as ações concentraram-se no letramento organizacional, no engajamento das pessoas colaboradoras e no fortalecimento da cultura inclusiva, por meio de campanhas de conscientização, programas estruturados de desenvolvimento e parcerias institucionais. Destacam-se iniciativas como a Campanha do Dia Internacional da Mulher, o lançamento do Programa Empodera Talentos, ações de valorização de trajetórias e o encontro com a Casa Neon Cunha, em alusão ao Dia Internacional da Visibilidade Transgênero. Para os próximos ciclos, permanecem como focos estratégicos a mentoria para mulheres, a Campanha do Mês do Orgulho LGBTI+ e o fortalecimento da governança em Diversidade, Equidade e Inclusão, com ênfase na atração, retenção e desenvolvimento de talentos diversos.

Os Grupos de Afinidade seguiram atuando de forma regular, apoiando a governança do programa, o acompanhamento dos temas prioritários e o avanço das práticas de DE&I na organização.



Os indicadores de diversidade consideram o total de colaboradores no último dia de cada período.

¹ Diretores estatutários e Presidente.

² Diretores empregados, Gerentes e Coordenadores.

³ Especialistas e demais cargos, exceto Conselheiros, Aprendizes e Estagiários.

⁴ As informações étnico-raciais são feitas de acordo com as classificações do IBGE.

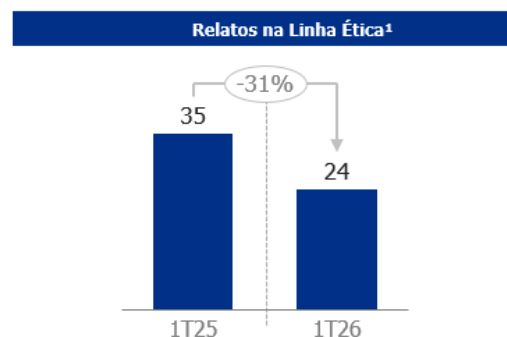
Comportamento ético

No 1T26, a Linha Ética registrou 24 denúncias, representando redução de 31% vs 1T25, o que aponta para a evolução da maturidade dos controles internos e dos mecanismos de integridade da Companhia. Dessas denúncias, 19 foram concluídas no período, sendo 7 classificadas como não procedentes, por ausência de confirmação dos fatos após investigação, e 9 enquadradas como fora do escopo, por não se relacionarem a desvios éticos, tendo sido devidamente direcionadas às áreas responsáveis.

No trimestre, três denúncias foram confirmadas, envolvendo casos de conduta inadequada e descumprimento de normas internas. Todas as ocorrências passaram pelo Comitê de Ética, foram reportadas ao Comitê de Auditoria e Riscos e resultaram na adoção de medidas disciplinares e ações preventivas, em conformidade com as políticas internas e o devido processo.

Não foram registradas, no período, denúncias relacionadas a corrupção, suborno ou lavagem de dinheiro, nem processos judiciais associados a esses temas. O site da Linha Ética concentrou 83% dos registros, com 67% dos manifestantes optando pelo anonimato, indicando a utilização ativa e a credibilidade do canal como instrumento de prevenção, detecção e resposta a riscos éticos.

¹São consideradas denúncias confirmadas aquelas analisadas e entendidas como verdadeiras.



Conformidade Ambiental

A Companhia não registrou multas significativas por não conformidade ambiental no período e recebeu quatro autos de infração para os quais apresentou defesa demonstrando a regularidade da atuação e a ausência de infração.

¹ Multa significativa: Sanções por não conformidade ambiental (valor superior a US\$10 mil).

EVENTOS SUBSEQUENTES

22ª emissão de debêntures

Em 6 de abril de 2026, a Companhia concluiu a captação de recursos por meio da 22ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 1,0 bilhão, distribuído em duas séries: (i) R\$ 750 milhões na primeira série; e (ii) R\$ 250 milhões na segunda série. As debêntures possuem prazo de 15 anos e custo de IPCA + 6,46% ao ano, correspondente a um *spread* de -87 bps sobre a NTN-B 40. Os recursos captados foram integralmente destinados ao financiamento do Projeto Itatiaia. [Acesse o link](#) para obter maiores informações.

Conversão de ações ordinárias

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2026, foi aprovada a abertura de período de conversão de ações ordinárias (ISAE3) em ações preferenciais (ISAE4), nos termos do Estatuto Social da Companhia. O Período de Conversão ocorreu entre 20 de março e 3 de abril de 2026, observado o limite global de até 5% do capital social e o limite individual estatutário de até 3%, mediante o cumprimento dos requisitos legais, estatutários e operacionais aplicáveis.

Encerrado o Período de Conversão, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 7 de abril de 2026, tomou conhecimento dos pedidos recebidos e deliberou pela homologação dos pedidos que atenderam integralmente aos requisitos estabelecidos e aprovou a conversão de 19.767.728 ações ordinárias em ações preferenciais. Os pedidos que não observaram as exigências documentais e/ou operacionais foram indeferidos, tendo sido ratificados todos os atos adotados pela área de Relações com Investidores necessários à implementação do processo. Para maiores informações [acesse o link](#).

Energização do projeto Jacarandá

Em 17 de abril de 2026, a Companhia obteve, do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") do projeto Jacarandá e deu início à sua operação comercial com recebimento de RAP retroativo à 11 de abril de 2026. Ainda, em 30 de março de 2026, a Companhia havia solicitado o TLR do empreendimento que, caso seja concedido, fará jus à receita do período compreendido entre a data de sua solicitação, e 11 de abril de 2026, data de início da vigência do TLD.

O empreendimento foi arrematado no Leilão de Transmissão nº 01/2022 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consistiu na ampliação da Subestação Água Azul, que recebeu 60 mil m² adicionais de área, com a expansão do pátio de 440 kV e a implantação de um novo pátio de 88 kV. O projeto incluiu ainda a instalação de sete transformadores de potência que reforçaram a capacidade de atendimento do sistema elétrico local e adicionaram 600 MVA de capacidade à subestação.

Com esta energização, a Companhia passou a receber a RAP do empreendimento de R\$ 16,1 milhões (ciclo tarifário 2025/2026) com margem EBITDA estimada de cerca de 90% e regime de tributação por lucro presumido. O investimento total do projeto foi de cerca de R\$ 188,8 milhões, o que representa uma eficiência de 33% em relação ao CAPEX ANEEL atualizado para a data base de 30 de março de 2026. [Clique aqui](#) para maiores informações.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Revisão Tarifária Periódica (RTP) - Contratos Licitados

RTP Licitadas 2025

Em julho de 2025, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.475/2025 ([clique aqui](#)), a qual reposicionou a RAP dos contratos dos empreendimentos licitados com RTP prevista para o ciclo tarifário em julho de 2024, entre eles: 026/2009 (IE Serra do Japi), 001/2020 (Evrecy), 006/2020 (IE Tibagi) e 007/2020 (IE MG) das empresas controladas.

O índice de reposicionamento econômico real médio foi de +4,47%, com impacto positivo de R\$ 6,9 milhões em valor absoluto. O que representa um aumento de 0,11% na RAP Potencial de R\$ 6,2 bilhões da Companhia (Ciclo 24/25), sem considerar PA's. Considerando o IPCA do período de 5,32%, o índice de reposicionamento nominal médio, ponderado pela participação da ISA ENERGIA BRASIL, para essas concessões foi de 10,02%:

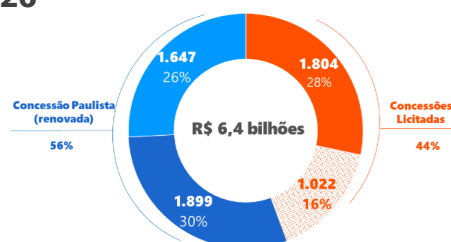
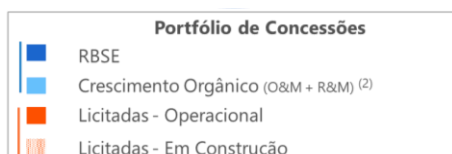
RTP 2025 Licitadas								
Empresa	Particip. ISA ENERGIA BRASIL (%)	Contrato	RAP (R\$ milhões, sem PA)			Índice Reposicionamento		Impacto na RAP (A x B) (R\$ milhões)
			Vigente (jun/24) (A)	Revisada (jun/25)	var R\$	Nominal	Real (B)	
IE SERRA DO JAPI	100%	026/2009	55,3	62,4	+7,1	12,86%	7,16%	4,0
EVRECY	100%	001/2020	50,2	53,0	+2,7	5,46%	0,13%	0,1
IE TIBAJI	100%	006/2020	7,6	7,5	-0,1	-1,69%	-6,65%	-0,5
IEMG	100%	007/2020	40,5	46,1	+5,7	14,00%	8,24%	3,3
Total			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9
Total Particip. ISA ENERGIA BRASIL			153,6	169,0	+15,4	10,02%	4,47%	6,9

Cabe destacar que apenas o contrato 026/2009, da subsidiária controlada IE Serra do Japi, apresentou valores de PA, devido a efeitos retroativos de RAP de reforços que entraram em operação entre os anos de 2018 e 2022, no montante de R\$ 0,3 milhão. O valor será recebido anualmente até a próxima revisão tarifária, prevista para julho de 2030.

RAP Ciclo 2025/2026

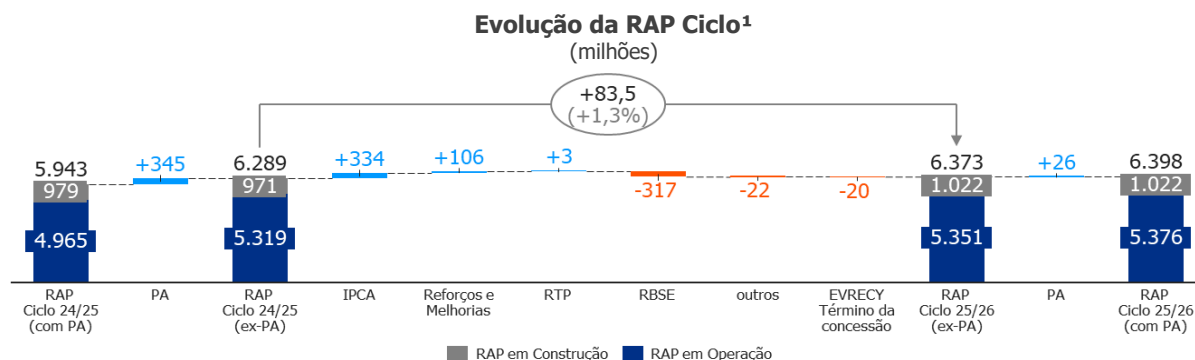
Em 15 de julho de 2025 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 ([clique aqui](#)), que estabeleceu a RAP da ISA ENERGIA BRASIL e suas empresas controladas e controladas em conjunto pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o Ciclo Tarifário de 12 meses compreendendo o período de 01 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 (ciclo 2025/2026).

RAP Ciclo 2025/2026¹



¹ Receita Anual Permitida ("RAP") ciclo 2025/2026 | ² Operação e Manutenção + Reforços e Melhorias

De acordo com a REH nº 3.481/2025, a RAP do Consolidado e empresas controladas em conjunto, líquida de PIS e COFINS passou a ser de R\$ 6.372,74 milhões no ciclo 25/26, ponderada pela participação da ISA ENERGIA BRASIL (base junho de 2025). A RAP da Concessão Paulista (contrato renovado 059/2001), incluindo Reforços e Melhorias, RBSE e a parcela de Operação de Manutenção (O&M), representa 56% do total, enquanto 44% referem-se a contratos licitados provenientes de leilões de transmissão ou aquisições (M&A).



¹ considera valores estabelecidos no momento da publicação das respectivas Resoluções Homologatórias da RAP dos ciclos tarifários.

A RAP do ciclo 25/26 cresceu R\$ 83,5 milhões (+1,3%) em relação ao ciclo tarifário anterior (23/24). Os principais motivos dessa variação são:

- ▲ correção monetária do ciclo 25/26 (IPCA), no total de R\$ 333,8 milhões;
- ▲ novos projetos de R&M que entraram em operação no último ciclo, adicionando R\$ 105,7 milhões;
- ▲ trajetória decrescente da RAP de O&M conforme estabelecido na RTP de 2024;
- ▼ redução de R\$ 317,0 milhões do componente financeiro da RBSE;
- ▼ fim do contrato de concessão da Evrecy em julho de 2025.

Além disso, a resolução também definiu valores das PA's a serem compensadas no mesmo período para tratar eventuais ajustes financeiros. O valor total da PA, considerando o total Consolidado e o montante proporcional à participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto, foi de R\$ 26 milhões para o ciclo 25/26, conforme descrito abaixo:

- ▲ R\$ 100 milhões referentes à RTP da Concessão Paulista;
- ▲ R\$ 40 milhões em anuidade melhorias;
- ▲ R\$ 6 milhões de projetos autorizados sem RAP prévia;
- ▲ R\$ 2 milhões relacionados à RTP dos ativos IENNE, Jaguar 9 e Serra do Japi;
- ▼ R\$ -98 milhões para compensar superávit de arrecadação do período anterior;
- ▼ R\$ -10 milhões relacionados às Demais Instalações de Transmissão ("DIT");
- ▼ R\$ -14 milhões de outros ajustes.

Segue abaixo quadro resumo do RAP ciclo 25/26. Os valores são líquidos de PIS e COFINS, incluem encargos regulatórios P&D, TFSE e RGR e excluem os encargos CDE e PROINFRA.

Controladora													
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros¹	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
				REH 3.216					REH 3.348		com PA		
ISA ENERGIA BRASIL	059/2001	O&M	IPCA	813	43	0	0	-22	835	80	915	813	2,7%
		R&M		682	36	95	0	0	813		813	682	19,2%
		RBSE		2.105	112	-0	0	-317	1.899		1.899	2.105	-9,8%
	012/2016	PBTE	IPCA	223	12	0	0	0	235	-8	226	223	5,3%
Total Controladora Operacional				3.823	203	94	0	-339	3.782	72	3.853	3.823	-1%

Subsidiárias Controladas													
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros²	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
				REH 3.216					REH 3.348		Total		
Subsidiárias (100%) em operação				733	38	12	3	-0	766	-18	748	713	7%
IE Aguapeí	046/2017	Aguapeí	IPCA	76	4	3	0	0	83	-4	79	76	10%
IE Itaúnas	018/2017	Itaúnas	IPCA	68	4	0	0	0	72	-3	69	68	5%
IE Itaquerê	027/2017	Itaquerê	IPCA	67	4	0	0	0	71	-2	69	67	5%
IEMG	004/2007	IEMG	IPCA	14	1	1	0	0	15	2	18	14	10%
	007/2020	Triângulo Mineiro³	IPCA	44	2	0	0	0	46	-2	44	44	5%
IE NNE	001/2008	IE NNE	IPCA	68	4	0	0	0	71	-2	69	68	5%
IE Japi	026/2009	Serra do Japi	IPCA	57	3	0	2	0	62	1	63	57	10%
IE Jaguar 9	015/2008	Getulina	IPCA	66	3	8	0	-0	77	-3	74	66	18%
IE Biguaçu	012/2018	Biguaçu	IPCA	53	3	0	0	0	56	-2	54	53	5%
IE Jaguar 6	143/2001	Botucatu-Xavantes	IGP-M	19	1	0	0	0	21	-1	20	19	7%
	042/2017	Bauru	IPCA	15	1	0	0	0	16	-1	16	15	5%
IE Tigabi	026/2017	Tibagi	IPCA	22	1	0	0	0	24	-1	23	22	5%
	006/2020	Três lagoas	IPCA	7	0	0	0	0	7	-0	7	7	5%
IE SUL	016/2008	Forquilha	IPCA	19	1	0	0	0	20	-1	20	19	5%
	013/2008	Scharlau	IPCA	8	0	0	0	0	9	-1	8	8	5%
Evrecy	001/2020	Minuano	IPCA	50	3	0	0	0	53	1	54	50	5%
	020/2008	Evrecy	IGP-M	20	0	0	0	0	0	0	0		
IE Itapura	021/2018	Lorena	IPCA	17	1	0	0	0	18	-1	18	17	5%
	021/2011	Itapeti	IPCA	9	0	0	0	0	9	-0	9	9	5%
IE Jaguar 8	012/2008	Piratinunga	IPCA	15	1	0	0	0	16	0	16	15	5%
IE Pinheiros	018/2008	Atibaia II	IPCA	8	0	0	0	0	9	-0	8	8	5%
IE Tibagi	014/2023	Água Vermelha	IPCA	8	0	0	0	0	8	0	8	8	5%
Consolidado ISA ENERGIA BRASIL em operação				4.556	242	106	3	-339	4.548	53	4.601	4.536	0%

Subsidiárias Controle Compartilhado													
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA
				REH 3.216					REH 3.348	Total	com PA		
Subsidiárias (não consolidadas) em operação				1.508	80	0	0	0	1.588	-55	1.534	1.508	5%
IE Madeira (51%)	013/2009	Lote D	IPCA	388	21	0	0	0	408	-15	394	388	5%
	015/2009	Lote F		335	18	0	0	0	352	-11	341	335	5%
IE Paraguaçu (50%)	003/2017	Paraguaçu	IPCA	154	8	0	0	0	162	-6	157	154	5%
IE Garanhuns (51%)	022/2011	Garanhuns	IPCA	150	8	0	0	0	158	-6	152	150	5%
IE Aimorés (50%)	004/2017	Aimorés	IPCA	103	5	0	0	0	109	-4	105	103	5%
IE Ivaí (50%)	022/2017	Ivaí	IPCA	379	20	0	0	0	399	-15	384	379	5%
Participação ISA ENERGIA BRASIL				763	41	0	0	0	803	-28	776	763	5%
ISA ENERGIA BRASIL Total em operação				5.319	282	106	3	-339	5.351	26	5.377	5.299	1%

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO														
Concessionária	Contrato	Projeto	Índice	RAP Ciclo 24/25	Inflação	R&M	RTP	Outros	RAP Ciclo 25/26	PA	RAP Ciclo 25/26	RAP Ciclo 24/25	Var % ex-PA	
				REH 3.216					REH 3.348		Total			com PA
Concessões Controladora em Construção				867	46	0	0	0	913		0	913	867	5%
	008/2022	Piraquê	IPCA	326	17	0	0	0	343		0	343	326	5%
ISA ENERGIA BRASIL	006/2023	Serra Doutrada	IPCA	306	16	0	0	0	322		0	322	306	5%
	012/2023	Itatiaia	IPCA	236	13	0	0	0	248		0	248	236	5%
Concessões Controladas em Construção				104	6	0	0	0	109		-0	109	104	5%
IE Riacho Grande	005/2021	Riacho Grande	IPCA	88	5	0	0	0	93		-0	93	88	5%
IE Jaguar 8	011/2022	Jacarandá	IPCA	15	1	0	0	0	16		0	16	15	5%
ISA ENERGIA BRASIL em construção				971	52	0	0	0	1.022		-0	1.022	971	5%
ISA ENERGIA BRASIL TOTAL (OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO)				6.289	334	106	3	-339	6.373		26	6.399	6.269	2%

Renovação Concessão Paulista - Contrato 059/2001 (RBNI/RBSE)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei 12.783/2013. Com isso o prazo da concessão foi prorrogado até dezembro de 2042 e o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**) foram garantidos à Companhia.

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 14.1.3 (ii) das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

Em 2016, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 336/2016 que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120/2016 do MME para a metodologia de cálculo do custo de capital (Ke) e do cálculo da RAP e determina os valores do SE e prazos de pagamento para as concessionárias. Em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. Na metodologia contábil pelo modelo IFRS, o impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como "Ativos da concessão" (nota 5.1 das demonstrações financeiras referentes ao 4T24).

A Nota técnica nº 108/2020 – SGT/ANEEL, de 25 de junho de 2020, recalculou os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizou os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito à atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 1.2a das demonstrações financeiras referentes ao 4T24). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornaram aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

Após a homologação do resultado da RTP das Transmissoras (ReH 2.851/21), que incluiu o reperfilamento do recebimento do componente financeiro do RBSE, a ABIAPE/ABRACE/ESBR apresentaram pedido de reconsideração, pós trânsito em julgado, questionando o cálculo do componente financeiro do RBSE e o reperfilamento. Em junho de 2021, a Superintendência Geral de Tarifas ("SGT") da ANEEL publicou a NT 117/2021 e emitiu comunicado público explicando não existirem erros de cálculo e tampouco erros metodológicos. Entretanto, em junho de 2022, a SGT da ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 85/2022, que trata da análise dos pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento do RBSE e, neste mesmo mês, ocorreu decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por diretor da ANEEL sobre o referido tema. Após decisão colegiada da diretoria da ANEEL, a decisão monocrática foi suspensa. Em abril de 2023, a SGT publicou a nova nota técnica (85/2023), que trata das manifestações acerca NT 085/2022 e o Ofício-Circular nº 23/2022, de 16 de agosto de 2022.

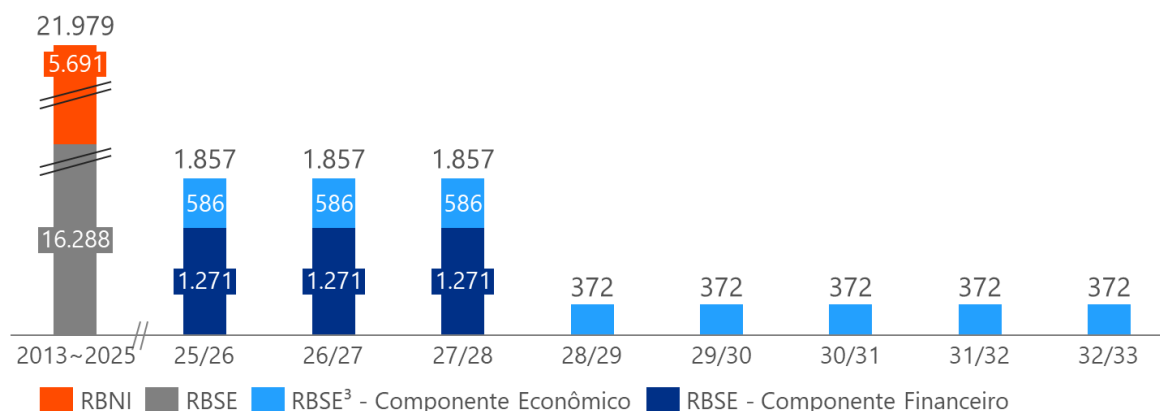
Em reunião de Diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") decidiu sobre o pedido interposto por agentes de mercado sobre Resolução Homologatória 2.851/21, que trata dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE – Rede Básica Sistema Existente e, com isso, encerrou a discussão do tema em âmbito administrativo. A Diretoria votou pela aplicação parcial das indicações propostas na Nota Técnica 85/2023 ("NT85") e decidiu por: (i) manutenção da metodologia de cálculo postecipado; (ii) criação de novo perfil de pagamento com a separação em dois fluxos; (iii) e atualização do WACC a cada Revisão Tarifária Periódica.

Além da discussão em âmbito administrativo que se encerrou em junho de 2025, está em tramitação o Processo nº TC 012.715/2017-4 perante o Tribunal de Contas da União ("TCU"), cujo objeto é a avaliação da conformidade e transparência da metodologia da definição dos valores dos ativos de transmissão existentes em 31/05/2000, mas não amortizados, bem como à metodologia de atualização e repasse desses valores à tarifa de energia elétrica pendente de análise. Em 05/07/2023, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União – MPTCU manifestou-se favoravelmente ao ingresso da ISA ENERGIA BRASIL como parte interessada e concluiu que a opção regulatória do MME deve ser respeitada pelo TCU. A apreciação do referido processo pela Corte ainda está pendente.

Não se pode descartar a possibilidade de novas judicializações acerca do tema, tampouco pode-se desconsiderar a possibilidade de novas decisões judiciais alterarem uma ou mais condições do pagamento do RBSE. Eventuais novas decisões judiciais, dependendo do seu conteúdo e abrangência, se não revertidas a tempo e modo, podem trazer ou não impactos significativos ao recebimento da Companhia exigindo, inclusive, conforme o caso, a revisão de planos de investimentos, distribuição de proventos e estratégia corporativa, além dos regulares registros contábeis de tais impactos.

Considerando-se decisão da ANEEL em reunião de diretoria realizada no dia 10 de junho de 2025 e com base no reajuste tarifário para o ciclo 25/26, segue o fluxo de pagamentos dos valores devidos referente a renovação da Concessão Paulista:

Fluxo de Recebimento da RBSE Pós Decisão da ANEEL em 2025 ^{1 2 3 4}



¹ Valores reais, data base junho de 2025, com base nas planilhas publicadas no encerramento da CP nº 12/2024.

² Desconsidera a parcela de CAIMI e Outras Receitas da RAP do RBSE.

³ Movimentação da base de ativos que compõe o RBSE deverá reduzir gradualmente a parcela de RAP do componente econômico, e após o ciclo 33/34, permanecerá somente o valor referente a remuneração de capital de terrenos e almoxarifado até o fim da concessão, em 2042.

⁴ Fluxo previsto do ciclo 28/29 a 32/33 foi estimado com base no laudo e nas premissas definidas na RTP de 2023. Os valores serão reavaliados no processo de revisão tarifária de 2028.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000

(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

Plano de Complementação de Aposentadoria – Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria, regido pela Lei Estadual 4.819/58, aplica-se aos empregados de autarquias e de sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle, admitidos até 13 de maio de 1974.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, cuja operacionalização ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ("SEFAZ") e a Companhia em 10 de dezembro de 1999. A forma de pagamento da complementação da aposentadoria foi através de um fluxo mensal com origem na SEFAZ. Esta realizava uma transferência da quantia a ser paga para a ISA ENERGIA BRASIL e a Companhia realizava a transferência deste mesmo valor para a Fundação CESP, que então repassava aos aposentados.

A partir de janeiro de 2004, o pagamento aos aposentados passou a ser processado diretamente pela SEFAZ. Com essa mudança de processo, glosas passaram a ser aplicadas, como por exemplo, benefícios acima do teto (equivalente ao salário do governador do Estado de São Paulo). Desta forma, a SEFAZ passou a excluir este excedente do valor do benefício pago aos aposentados.

Ação Civil Pública e Ação Coletiva

Em junho de 2005, após decisão desfavorável na Justiça Comum, a Associação dos Aposentados da Funesp ("AAFC") obteve liminar na Justiça do Trabalho, determinando que a quantia integral paga anteriormente seja mantida. Desde então, o processamento do pagamento dos benefícios voltou ao modelo original, em que a responsabilidade era da Fundação CESP, porém a SEFAZ transfere a quantia ajustada e a ISA ENERGIA BRASIL faz a complementação para que o pagamento aos aposentados seja feito de maneira integral, conforme estabelecido em liminar.

Ação de Cobrança

Desde 2005, a SEFAZ repassa à Companhia valor inferior ao necessário para o cumprimento do pagamento aos aposentados (~70%), por força da decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho. A ISA ENERGIA BRASIL tem feito então a complementação para pagamento integral dos benefícios aos aposentados (~30%). Essa complementação realizada pela Companhia está sendo cobrada por meio de uma ação contra a SEFAZ.

Esta ação de cobrança foi julgada favorável à Companhia em 2ª instância. Em agosto de 2017, a SEFAZ interpôs Recurso Especial para o STJ, que aguarda análise de admissibilidade. Em 31 de março de 2026, o valor registrado no balanço da Companhia se manteve em cerca de R\$ 2,8 bilhões, líquido da provisão para perdas sobre realização de créditos, realizada em 2013.

Entre agosto de 2018 e março de 2019, a ISA ENERGIA BRASIL recebeu repasse integral da SEFAZ em razão de decisão judicial liminar, posteriormente suspensa pelo STJ até julgamento do recurso da SEFAZ.

O recurso da SEFAZ foi julgado monocraticamente no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em março de 2024, determinando o retorno do processo ao TJSP, que deverá delimitar na decisão a responsabilidade de cada uma das partes entre si em relação às parcelas e rubricas que compõem as complementações de aposentadoria. Foi determinada a manutenção do pagamento das glosas pela ISA ENERGIA BRASIL (como ocorre desde 2005) até o trânsito em julgado da ação.

Em outubro de 2024, o STJ, por convenção das partes para tentativa de conciliação, suspendeu por 180 (cento e oitenta) dias o trâmite processual da ação de cobrança. Em 22 de maio de 2025 foi realizada audiência de instalação da mediação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos do STJ ("CEJUSC/STJ") com a presença da Procuradoria do Estado de São Paulo, na qual renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. Além da audiência de instalação, foram realizadas 6 audiências entre os meses de agosto e novembro de 2025.

Em 2026, duas audiências de mediação foram realizadas nos dias 03 de fevereiro e 04 de abril, ademais, foi designada nova audiência para 16 de junho. Ainda, em fevereiro de 2026 renovou-se o prazo de suspensão do processo por mais 180 dias. O processo permanece suspenso durante o curso da mediação.

A tentativa de conciliação amigável não significa prejuízo aos direitos da Companhia e não altera qualquer decisão judicial vigente ou o atual fluxo de pagamentos. Caso a tentativa de conciliação seja infrutífera, o processo voltará a fluir como anteriormente.

O valor contabilizado pela Companhia na rubrica "Valores a receber - Secretaria da Fazenda" totalizou R\$ 2.796,9 milhões em 31 de março de 2026. Adicionalmente, a Companhia possui provisão de R\$ 516,3 milhões realizada em 2013 devido ao alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais, ocorridos naquele período. Cabe destacar que os valores acima mencionados são históricos e sua contabilização não considera qualquer tipo de correção ou atualização.

GLOSSÁRIO

ADTV (*Average Daily Traded Volume*) - Volume médio diário negociado.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria. A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas, sendo a TUST a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão – DIT.

CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos) - Receita pelos investimentos em ativos. É composto pela remuneração do capital e pela quota de reintegração regulatória (QRR).

CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) - Taxa de crescimento anual composto.

CAOM (Custos de Administração, Operação e Manutenção) - Parcela da receita que pode ser dividida em (i) receita de O&M, que tem como finalidade cobrir os custos e despesas (exemplo: gastos com salários, despesas de manutenção e outros); e (ii) receita para cobrir os custos das instalações móveis e imóveis (CAIMI).

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE.

CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) - Encargo regulatório para promover a universalização do serviço de energia e subsidiar os consumidores baixa renda.

Crescimento orgânico - Crescimento por meio de investimentos em reforços e melhorias.

CVM (Comissão de valores mobiliários) – autarquia vinculada ao ministério da fazenda, que tem o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários do Brasil.

EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization*) - Lucro antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e amortização.

Encargos regulatórios – São arrecadados pelas Transmissoras e repassados à CCEE, à ANEEL, ao MME e/ou investidos em projetos de P&D. Tem efeito neutro na Transmissora.

Energização - Início de operação de um empreendimento (reforço, melhoria ou *greenfield*).

DIT (Demais Instalações de Transmissão) - são instalações que não fazem parte da Rede Básica, geralmente por operarem em tensões inferiores a 230 kV ou por atenderem a usos específicos.

Greenfield - projetos de crescimento arrematados por meio de leilões e construídos do zero.

IBBC (Índice Bovespa BR+ Cap 5% da B3) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos com maior negociabilidade e representatividade. Seu nome "Cap 5%" indica que o peso máximo de um único ativo na carteira é de 5%. Ele é composto tanto por ações brasileiras quanto por BDRs de empresas cuja listagem primária é nos EUA.

IBBE (Índice Bovespa BR+ Equal Weight B3) - índice da bolsa brasileira que busca refletir o desempenho médio de um conjunto de ações com participação igual (*equal weight*), em vez da ponderação por capitalização de mercado usual no Ibovespa tradicional. Seu objetivo é oferecer uma visão menos concentrada do mercado, onde o desempenho de grandes empresas não distorce tanto a performance geral do índice.

IBBR (Índice Bovespa B3 BR+) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos com maior negociabilidade e representatividade. Composto de ações, *units* e BDRs de empresas brasileiras.

IBEP (Índice Bovespa B3 Empresas Privadas) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem controle acionário privado.

IBEW (Índice Bovespa B3 Equal Weight) - indicador de desempenho médio dos ativos que compõem o Ibovespa, atribuindo peso igual a cada ação na composição do índice.

IBOV B3 (Índice bovespa B3) - principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3 e reúne as empresas mais importantes do mercado de capitais brasileiro. É composto pelas ações que representem 85% em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN) (buffer 90%); 95% de presença em pregão; 0,1% do volume financeiro no mercado a vista (lote-padrão); e não ser *penny stock*.

IBRA – (Índice Brasil amplo) - indicador do desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, de forma a oferecer uma visão ampla do mercado acionário.

IBRX100 (Índice Brasil 100) - indicador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

IBSD (Índice Bovespa Smart Dividendos) - indicador de desempenho médio dos ativos de empresas listadas que se destacam em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

IBVL (Índice Bovespa Smart Low Volatility B3) - indicador de desempenho médio dos ativos de maior negociabilidade, representatividade e que possuem menor volatilidade nos retornos diários.

ICO2 (Índice Carbono eficiente) - adesão das companhias ao ICO2 B3 demonstra o comprometimento com sua eficiência na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e na adoção de práticas de gestão que conduzam a uma maior eficiência nessas emissões, contribuindo para o avanço da transição para uma economia de baixo carbono.

IDIV (Índice dividendos) - desempenho médio das cotações dos ativos que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio

IE - Interligação Elétrica.

IEE (Índice de Energia Elétrica) - Índice setorial da Bolsa (B3) que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IENS (Índice de Energia não Suprida) - Índice de energia que deixou de ser consumida em decorrência de uma interrupção.

IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) – indicador de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da B3.

IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de emissão de empresas integrantes do IGC.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - medir a inflação de uma série de produtos vendidos no comércio e varejo.

ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo seu reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial.

JCP (Juros sobre Capital Próprio) – tipo de remuneração que uma empresa pode distribuir aos seus acionistas, sócios ou cotistas.

Leilões de Transmissão de Energia - Processos licitatórios estabelecidos pelo MME e ANEEL a fim de outorgar concessões para linhas de transmissão e subestações no Brasil.

M&A (Mergers and Acquisitions) - Fusões e aquisições.

Melhoria - compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica.

MLCX (Índice MidLarge Cap) - desempenho médio dos ativos das empresas de maior capitalização da B3.

MME – Ministério de Minas e Energia.

O&M - Operação e Manutenção.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Órgão responsável por executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica do SIN.

Outras Receitas - Receitas auferidas com atividades extra concessão, sendo parcialmente destinadas a contribuir com a modicidade tarifária.

PA (Parcela de Ajuste) - Compensa excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

PMSO - Pessoal, Materiais, Serviços e Outros.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (encargo regulatório para subsídios às fontes alternativas de energia).

PV (Parcela Variável) - Penaliza a receita do ativo em função da indisponibilidade.

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

RAP (Receita Anual Permitida) - Remuneração que as transmissoras recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Para as transmissoras que foram licitadas, a RAP é obtida como resultado do próprio leilão de transmissão e é paga às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, com revisão a cada quatro ou cinco anos, nos termos dos contratos de concessão. Para as transmissoras que tiveram o seu contrato de concessão renovado, a RAP foi calculada com base nos custos de Operação e Manutenção, conforme estabelece a Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em casos nos quais os estudos indicam a necessidade de reforços na concessão de transmissão, a ANEEL calcula um valor adicional a RAP com o intuito de remunerar as novas instalações, sempre por meio de uma Resolução Autorizativa.

RB (Rede Básica) - Instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na regulamentação da ANEEL.

RBNI (Rede Básica Novos Investimentos) - Parcela da receita (RAP) correspondente às novas instalações componentes da Rede Básica autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

RBSE (Rede Básica do Sistema Existente) - Parcela da RAP correspondente às instalações componentes da Rede Básica, definidas no Anexo da Resolução nº 166, de 31 de maio de 2000.

Reforço - Instalação, substituição ou reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional, de vida útil ou a conexão de usuários, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão.

RGR - Reserva Global de Reversão.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme regulamentação aplicável.

TCU - Tribunal de Contas da União.

TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica.

TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) – Tarifa paga por distribuidoras, geradoras e consumidores livres e especiais pela utilização da Rede Básica e das DIT, e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) novas receitas, correspondentes aos empreendimentos energizados.

UTIL B3 (Índice Utilidade Pública) - indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do setor de utilidade pública (energia elétrica, água e saneamento e gás).

ANEXOS

Anexo I – Projetos *Greenfield* desde 2016| Crescimento

Leilões	Projetos	Contrato	Empresa	% ISA ENERGIA BRASIL	UF	Deságio	RAP ISA ENERGIA BRASIL Ciclo 2025/2026 (R\$ milhões)	Assinatura do Contrato	Data de Necessidade¹	Prazo ANEEL	CapEx ANEEL Participação ISA ENERGIA BRASIL data base leilão (R\$ milhões)	CapEx ISA ENERGIA BRASIL total até 31/03/2026 (R\$ milhões)	Licenci. Ambiental (LI)	Início da Construção	Avanço Fundiário	Avanço Físico	Entrada em Operação Comercial
013/2015 (out/2016)	Paraguaçu (Lote 3)	003/2017	IE Paraguaçu	50%	BA/MG	0,0%	81	fev-17	jan-19	fev-22	255	333	✓	2T19	100%	100%	3T22
	Almorés (Lote 4)	004/2017	IE Almorés	50%	MG	0,0%	54,4	fev-17	jan-19	fev-22	171	208	✓	2T19	100%	100%	2T22
	Itaúnas (Lote 21)	018/2017	IE Itaúnas	100%	ES	25,1%	72,1	fev-17	jul-18	jun-22	298	374	✓	3T18	100%	100%	4T23
005/2016 (abr/2017)	Ivaí (Lote 1)	022/2017	IE Ivaí	50%	PR	33,2%	199,4	ago-17	fev-21	ago-22	968	1.064	✓	4T19	100%	100%	4T22
	Tibagi (Lote 5)	026/2017	IE Tibagi	100%	SP / PR	32,2%	23,7	ago-17	jan-17	ago-21	135	118	✓	3T18	100%	100%	4T20
	Itaquaré (Lote 6)	027/2017	IE Itaquaré	100%	SP / PR	44,5%	70,8	ago-17	jun-18	ago-21	398	256	✓	3T18	100%	100%	3T20
	Aguapeí (Lote 29)	046/2017	IE Aguapeí	100%	SP / PR	52,7%	83,2	ago-17	dez-18	ago-21	602	363	✓	3T19	100%	100%	1T21
002/2018 (jun/2018)	Bauru (Lote 25)	042/2017	IE Jaguar 6	100%	SP	57,6%	16,2	ago-17	ago-19	fev-21	126	63	✓	2T18	100%	100%	3T19
	Lorena (Lote 10)	021/2018	IE Itapura	100%	SP	73,9%	18,3	set-18	jan-20	set-22	238	126	✓	3T19	100%	100%	4T21
	Biguaçu (Lote 1)	012/2018	IE Biguaçu	100%	SC	66,7%	56,3	set-18	set-21	set-23	641	456	✓	1T21	100%	100%	3T22
002/2019 (dez/2019)	Minuano (Lote 1)	001/2020	Evrecy	100%	RS	66,9%	53,0	mar-20	jan-20	mar-25	682	736	✓	3T22	100%	100%	4T24
	Três Lagoas (Lote 6)	006/2020	IE Tibagi	100%	MS / SP	68,1%	7,5	mar-20	jan-20	set-23	99	87	✓	2T21	100%	100%	2T22
	Triângulo Mineiro	007/2020	IEMG	100%	MG	65,4%	46,1	mar-20	jan-20	mar-25	554	520	✓	1T22	100%	100%	3T23
001/2020 (dez/2020)	Riacho Grande (Lote 7)	005/2021	IE Riacho Grande	100%	SP	57,9%	93,1	mar-21	jan-26	mar-26	1.141	922	✓	3T23	100%	100%	4T25
001/2022 (jun/2022)	Piraquê (Lote 3)	008/2022	ISA ENERGIA BRASIL	100%	MG / ES	46,8%	343,1	set-22	jan-26	set-27	3.654	3.782	✓	3T24	100%	98%	1T26
	Jacarandá (Lote 6)	011/2022	IE Jaguar 8	100%	SP	59,2%	16,1	set-22	mar-26	mar-26	232	176	✓	3T24	100%	100%	1T26
001/2023 (jun/2023)	Serra Dourada (Lote 1)	006/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	BA/MG	44,8%	321,8	set-23	Imediata	mar-29	3.157	1.335	1T26	3T25	92%	37%	-
	Itatiaia (Lote 7)	012/2023	ISA ENERGIA BRASIL	100%	RJ/MG	41,8%	248,2	set-23	Imediata	mar-29	2.342	481	3T26	3T26	83%	28%	-
	Água Vermelha (Lote 9)	014/2023	IE Tibagi	100%	SP	50,4%	8,5	set-23	Imediata	set-26	94,177	87	✓	3T24	100%	100%	2T25
Total (19)						47,2%	1.812,8	-	-	-	15.785	11.486	-	-	-	-	-

[Clique aqui](#) para acessar a planilha.

Anexo II – Investimentos em Projetos

Investimentos (R\$ milhões)	Consolidado + Controladas em Conjunto		
	1T26	1T25	Var (%)
Reforços & Melhorias	370,0	306,0	20,9%
Projetos Greenfield	852,4	802,0	6,3%
100% ISA ENERGIA BRASIL	849,4	802,0	5,9%
Piraquê	114,4	537,3	-78,7%
Riacho Grande	55,0	158,6	-65,3%
Serra Dourada	427,2	45,1	848,0%
Água Vermelha	0,0	36,3	-100,0%
Itatiaia	245,1	20,5	1092,9%
Jacarandá	7,6	4,3	78,3%
Minuano	0,0	0,0	N.A
Triângulo Mineiro	0,0	0,0	N.A
Biguaçu	0,0	0,0	N.A
Itapura-Lorena	0,0	0,0	N.A
Tibagi	0,0	0,0	N.A
Três lagoas	0,0	0,0	N.A
Itaquerê	0,0	0,0	N.A
Itaúnas	0,0	0,0	N.A
Controladas em conjunto	3,0	0,0	N.A
Ivaí	3,0	0,0	N.A
Total	1.222,4	1.108,0	10,3%

Nota: Considera a participação proporcional da ISA ENERGIA BRASIL nas empresas não consolidadas (controladas em conjunto).

Anexo III - Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	639.620	1.356.062
Aplicações financeiras	669.456	808.924
Contas a Receber - Concessionárias e Permissionárias	484.090	469.745
Estoques	49.774	48.054
Tributos e contribuições a compensar	258.387	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	12.953	37.384
Créditos com partes relacionadas	68.655	126.061
Despesas pagas antecipadamente	81.736	6.061
Caixa restrito	0	0
Outros	155.754	165.619
	2.420.425	3.247.221
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	19.458	18.888
Contas a receber - Concessionárias e Permissionárias	185.985	205.383
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.796.880	2.760.806
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0
Cauções e depósitos vinculados	46.495	46.049
Instrumentos financeiros derivativos	34.242	20.406
Outros	76.688	76.525
	3.159.748	3.128.057
Investimentos	1.449.617	1.366.474
Imobilizado	21.870.514	20.832.086
Intangível	1.804.378	1.819.316
	25.124.509	24.017.876
	28.284.257	27.145.933
Total do Ativo	30.704.682	30.393.154

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	90.768	90.082
Debêntures	299.933	496.001
Arrendamento	17.851	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	30.584	2.916
Fornecedores	226.678	254.342
Tributos e encargos sociais a recolher	279.174	213.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0
Encargos regulatórios a recolher	37.153	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	260.632	422.540
Obrigações trabalhistas	58.825	79.962
Valores a pagar – Vivest	1.328	1.335
Provisões - Capex	287.996	210.460
Outros	27.582	30.299
	1.618.504	1.887.089
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	651.861	669.117
Debêntures	15.203.488	14.696.513
Arrendamento	33.070	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	7.020	17.312
Fornecedores	3.861	3.456
PIS e COFINS diferidos	25.162	25.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.508.062	1.524.834
Encargos Regulatórios a recolher	38.599	35.404
Provisões judiciais	156.188	157.457
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	841.759	850.307
Outros	396	334
	18.469.466	18.017.466
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	3.590.020	3.590.020
Reservas de capital	666	666
Reservas de lucro	3.859.010	3.742.461
Reserva de Reavaliação	2.455.708	2.493.015
Outros Resultados Abrangentes	42.806	97.571
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	10.227.532	10.203.055
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	389.180	285.544
	10.616.712	10.488.599
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	30.704.682	30.393.154

Anexo IV - Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	1.393.479	1.293.976	7,7%
Receita de Uso da Rede Elétrica	1.381.784	1.281.821	7,8%
Outras	11.695	12.155	-3,8%
(-) Deduções à Receita Operacional	-167.215	-162.124	3,1%
Tributos e Contribuições sobre a Receita	-120.159	-112.536	6,8%
Encargos Regulatórios	-47.056	-49.588	-5,1%
(=) Receita Operacional Líquida	1.226.264	1.131.852	8,3%
(-) Custos e Despesas Operacionais	-349.209	-387.572	-9,9%
Pessoal ¹	-107.774	-109.977	-2,0%
Material	-3.718	-4.119	-9,7%
Serviços	-45.139	-39.942	13,0%
Depreciação	-169.511	-207.988	-18,5%
Outros	-23.066	-25.546	-9,7%
(=) Resultado do Serviço	877.055	744.280	17,8%
(+/-) Resultado Financeiro	-482.904	-351.388	37,4%
Rendimento de Aplicações Financeiras	57.076	80.413	-29,0%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-165.531	-161.634	2,4%
Juros Ativo/Passivos	189	-1.522	n.a
Juros/Encargos sobre empréstimos	-381.664	-272.348	40,1%
Outras	7.026	3.703	89,7%
(=) Resultado Operacional	394.151	392.892	0,3%
(-) Equivalência Patrimonial	83.784	75.113	11,5%
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	-25.391	-29.017	-12,5%
(=) Resultado Anterior aos Tributos	452.545	438.988	3,1%
(-) IR e CSLL	-84.721	-90.164	-6,0%
Corrente	-83.168	-94.933	-12,4%
Diferido	-1.553	4.769	n.a
(=) Lucro/Prejuízo Consolidado	367.824	348.824	5,4%
(-) Partic. Acionista não Controlador	-10.089	-11.471	-12,0%
(=) Lucro/Prejuízo	357.735	337.353	6,0%

¹ Inclui custos e despesas com Entidade de Previdência Privada

Anexo V – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório¹

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	1T26	1T25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.695.046	909.652
Lucro líquido do período	367.824	348.824
Benefício a empregados – déficit atuarial	1.353	1.922
PIS e COFINS diferidos	-611	1.477
Depreciação e amortização	995.487	229.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.582	-4.767
Provisão para Demandas judiciais	-3.385	3.821
Custo residual de ativo imobilizado/intangível baixado	-45.744	9.416
Benefício fiscal – ágio incorporado	9	9
Realização de ativo da concessão na aquisição de controlada	0	0
Realização da perda em controlada em conjunto	0	0
Resultado de equivalência patrimonial	-83.786	-75.113
Receita sobre aplicações financeiras	-19.274	-17.412
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	532.740	430.561
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	-515	-7.312
Instrumento Financeiro	-40.545	0
Transações com acionistas não controladores	-10.089	-11.470
(Aumento) diminuição de ativos	-125.449	-50.476
Caixa restrito	0	0
Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias	5.053	-32.503
Estoques	-1.720	-1.194
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-36.074	-43.827
Tributos e contribuições a compensar	-25.077	82.731
Despesas pagas antecipadamente	-75.675	-54.263
Cauções e depósitos vinculados	35	-84
Outros	8.009	-1.336
Aumento (diminuição) de passivos	26.705	50.117
Fornecedores	-27.259	93.481
Tributos e encargos sociais a recolher	101.360	94.817
Obrigações trabalhistas	-21.137	-16.005
Pagamentos de impostos	-63.869	-39.117
Encargos regulatórios a recolher	-26.681	-6.060
Provisões	286.453	-1.677
Valores a pagar Vivest	-7	414
Reserva Global de Reversão	-620	-620
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-8.546	-1.569
Benefício pós emprego - passivo atuarial	-9.162	-9.423
Outros	-203.827	-64.124
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.596.302	909.293
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	-1.652.370	-2.991.794
Caixa restrito	-570	803
Aplicações financeiras	-753.780	-2.112.813
Resgates de Aplicações financeiras	1.016.158	210.914
Imobilizado	-1.973.093	-1.090.698
Dividendos recebidos	58.915	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-660.374	-48.466
Adições Empréstimos e Debêntures	3.837.665	1.446.492
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.656.998	-40.488
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-417.819	-152.938
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-5.966	-4.613
Instrumentos financeiros derivativos	-3.958	38.851
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-413.298	-1.335.770
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-716.442	-2.130.967
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	639.620	783.780
Variação em caixa e equivalentes de caixa	-716.442	-2.130.967

¹O fluxo de caixa indireto contabilizado na metodologia regulatória considera as saídas de caixa relacionadas aos projetos *greenfield*, *brownfield* e de Reformas e Melhorias como fluxos de investimentos.

Anexo VI – Resultado Regulatório Empresas não consolidadas

IE MADEIRA			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	211.323	192.419	9,8%
Deduções à receita operacional	-28.532	-25.175	13,3%
Receita Operacional Líquida	182.791	167.244	9,3%
Custos e Despesas	-21.291	-20.498	3,9%
Depreciação	-36.430	-36.890	-1,2%
EBITDA	161.505	146.763	10,0%
Resultado do Serviço	125.070	109.855	13,8%
Resultado Financeiro	-6.597	-16.226	-59,3%
Outras receitas/despesas líquidas	5	18	-70,2%
Lucro antes do IR & CSLL	118.479	93.647	26,5%
IR & CSLL	-23.521	-20.576	14,3%
Lucro líquido	94.957	73.071	30,0%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no EBITDA	82.368	74.849	10,0%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no Lucro	48.428	37.266	30,0%

IE GARANHUNS			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	45.706	41.368	10,5%
Deduções à receita operacional	-5.681	-5.422	4,8%
Receita Operacional Líquida	40.025	35.945	11,3%
Custos e Despesas	-4.247	-4.384	-3,1%
Depreciação	-7.139	-6.357	12,3%
EBITDA	35.778	31.561	13,4%
Resultado do Serviço	28.639	25.204	13,6%
Resultado Financeiro	-658	-1.016	-35,2%
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	27.981	24.188	15,7%
IR & CSLL	-1.544	-1.490	3,6%
Lucro líquido	26.437	22.698	16,5%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no EBITDA	18.247	16.096	13,4%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (51%) no Lucro	13.483	11.576	16,5%

IE AIMORÉS			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	29.968	28.455	5,3%
Deduções à receita operacional	-3.115	-2.977	4,6%
Receita Operacional Líquida	26.853	25.478	5,4%
Custos e Despesas	-1.290	-1.656	-22,1%
Depreciação	-2.721	-2.644	2,9%
EBITDA	25.563	23.822	7,3%
Resultado do Serviço	22.842	21.178	7,9%
Resultado Financeiro	-8.353	402	n.a
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	14.489	21.580	-32,9%
IR & CSLL	-1.764	-2.514	-29,8%
Lucro líquido	12.725	19.066	-33,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	12.782	11.911	7,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	6.363	9.533	-33,3%

IE PARAGUAÇU			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	44.336	41.661	6,4%
Deduções à receita operacional	-4.327	-4.647	-6,9%
Receita Operacional Líquida	40.009	37.014	8,1%
Custos e Despesas	-1.869	-2.179	-14,2%
Depreciação	-4.658	-4.572	1,9%
EBITDA	38.140	34.835	9,5%
Resultado do Serviço	33.482	30.263	10,6%
Resultado Financeiro	-15.309	1.462	n.a
Outras receitas/despesas líquidas	0	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	18.173	31.725	-42,7%
IR & CSLL	-2.433	-3.424	-28,9%
Lucro líquido	15.740	28.301	-44,4%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	19.070	17.418	9,5%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	7.870	14.151	-44,4%

IE IVAÍ			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	113.063	105.745	6,9%
Deduções à receita operacional	-11.853	-11.083	6,9%
Receita Operacional Líquida	101.210	94.661	6,9%
Custos e Despesas	-4.982	-5.416	-8,0%
Depreciação	-14.046	-13.624	3,1%
EBITDA	95.731	89.245	7,3%
Resultado do Serviço	82.181	75.622	8,7%
Resultado Financeiro	-58.528	-67.780	-13,7%
Outras receitas/despesas líquidas	-496	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	23.157	7.842	195,3%
IR & CSLL	-7.873	-2.666	195,3%
Lucro líquido	15.284	5.176	195,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	47.866	44.623	7,3%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	7.642	2.588	195,3%

AIE (IE IVAÍ + IE PARAGUAÇU + IE AIMORÉS)			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	187.367	175.861	6,5%
Deduções à receita operacional	-19.295	-18.707	3,1%
Receita Operacional Líquida	168.072	157.153	6,9%
Custos e Despesas	-8.141	-9.251	-12,0%
Depreciação	-21.425	-20.840	2,8%
EBITDA	159.434	147.902	7,8%
Resultado do Serviço	138.505	127.063	9,0%
Resultado Financeiro	-82.190	-65.916	24,7%
Outras receitas/despesas líquidas	-496	0	N.A.
Lucro antes do IR & CSLL	55.819	61.147	-8,7%
IR & CSLL	-12.070	-8.604	40,3%
Lucro líquido	43.749	52.543	-16,7%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no EBITDA	79.717	73.951	7,8%
Part .ISA ENERGIA BRASIL (50%) no Lucro	21.874	26.271	-16,7%

Anexo VII – Covenants (R\$ milhões)

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 31/03/26	16.815,9
EBITDA últimos 12 meses	4.523,0
Dívida Líquida/EBITDA 31/03/26	3,72
Patrimônio Líquido 31/03/26	21.815,7
Dívida Liq./(Dívida Liq. + PL) 31/03/26	0,44

Os principais compromissos financeiros dos contratos de financiamento (*covenants* financeiros) que a ISA ENERGIA BRASIL está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os Contratos de financiamento com **BNDES** (válidos até o vencimento do contrato em 2041) devem cumprir os indicadores financeiros máximos de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,0$ e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$. O saldo desses financiamentos junto ao BNDES na data de 31/03/2026, soma o montante de R\$ 669,1 milhões em que os contratos possibilitam pré-pagamento.

Os indicadores são apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. O EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida nos contratos, cuja última apuração ocorreu em 31 de março de 2026. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA de acordo com essa metodologia foi de **3,72x** no 1T26.

Em novembro de 2025, a Companhia recebeu carta do BNDES formalizando a anuência prévia e a abstenção da declaração de vencimento antecipado de determinados contratos de financiamento, no contexto do acompanhamento dos indicadores financeiros referentes ao exercício de 2025.

Anexo VIII – Balanço Patrimonial – IFRS

Ativo (R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	639.620	1.356.062
Aplicações Financeiras	669.456	808.924
Ativo de concessão	4.267.455	4.106.084
Estoques	78.060	72.704
Tributos e contribuições a compensar	258.387	229.311
Instrumentos financeiros derivativos	12.953	37.384
Créditos com partes relacionadas	67.430	126.579
Despesas pagas antecipadamente	81.736	6.061
Outros	382.473	344.330
	6.457.570	7.087.439
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito	19.458	18.888
Ativo de concessão	33.513.634	32.325.214
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	2.796.880	2.760.806
Cauções e depósitos vinculados	46.495	46.049
Estoques	100.132	94.871
Instrumentos financeiros derivativos	34.242	20.406
Outros	76.688	76.525
	36.587.529	35.342.759
Investimentos	4.285.187	4.154.815
Imobilizado	173.617	180.126
Intangível	435.040	436.233
	4.893.844	4.771.174
	41.481.373	40.113.933
Total do Ativo	47.938.943	47.201.372
Passivo e Patrimônio Líquido		
(R\$ mil)	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	90.768	90.082
Debêntures	299.933	496.001
Arrendamento	17.851	18.677
Instrumentos financeiros derivativos	30.584	2.916
Fornecedores	224.717	254.445
Tributos e encargos sociais a recolher	278.666	213.325
Encargos Regulatórios a recolher	37.153	66.723
Juros sobre capital próprio e dividendos a	260.632	422.540
Obrigações trabalhistas	58.825	79.962
Valores a pagar – Vivest	1.328	1.335
Outros	315.594	240.765
	1.616.051	1.886.771
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Empréstimos e financiamentos	651.861	669.117
Debêntures	15.203.488	14.696.513
Arrendamento	33.070	36.959
Instrumentos financeiros derivativos	7.020	17.312
Fornecedores	3.861	3.456
Provisão para Contingências	162.695	163.035
PIS e COFINS Diferidos	3.087.658	2.966.130
Imposto de renda e contribuição social	5.316.799	5.287.595
Encargos Regulatórios a recolher	38.599	35.404
Outros	2.124	2.069
	24.507.175	23.877.590
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	3.590.020	3.590.020
Reservas de Capital	666	666
Reservas de Lucro	17.513.412	17.183.674
Outros Resultados Abrangentes	43.117	97.785
Dividendos adicionais propostos	279.322	279.322
	21.426.537	21.151.467
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	389.180	285.544
	21.815.717	21.437.011
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	47.938.943	47.201.372

Anexo IX – Demonstração de Resultados – IFRS

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Consolidado		
	1T26	1T25	Var (%)
Receita Operacional Bruta	2.800,0	2.687,2	4,2%
Receita de infraestrutura	1.499,8	1.338,6	12,0%
Receita bruta de Operação e Manutenção	355,5	332,7	6,9%
Remuneração dos ativos de concessão	934,3	1.007,2	-7,2%
Outras Receitas	10,5	8,6	21,2%
Deduções à Receita Operacional	-289,3	-275,1	5,1%
Receita Operacional Líquida	2.510,8	2.412,0	4,1%
Custos e Despesas Operacionais	-1.410,0	-1.304,3	8,1%
Pessoal	-194,3	-124,0	56,6%
Material	-592,5	-550,5	7,6%
Serviços	-473,9	-553,2	-14,3%
Depreciação	-8,8	-8,6	2,1%
Outros	-140,6	-67,9	106,9%
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	0,0	0,0	N.A.
Resultado do Serviço	1.100,8	1.107,7	-0,6%
Resultado Financeiro	-483,0	-351,6	37,4%
Rendimento de Aplicações Financeiras	57,1	80,4	-29,0%
Resultado da Variação Monetária Líquida	-161,6	-151,2	6,9%
Juros Ativo/Passivos	0,2	-1,5	-112,4%
Juros/Encargos sobre empréstimos	-381,7	-272,3	40,1%
Outras	3,0	-6,9	-143,4%
Resultado Operacional	617,7	756,2	-18,3%
Equivalência Patrimonial	130,9	155,3	-15,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1,2	2,8	-56,0%
Resultado Anterior aos Tributos	749,9	914,3	-18,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-130,7	-189,6	-31,0%
Corrente	-83,2	-94,9	-12,4%
Diferido	-47,6	-94,6	-49,7%
Lucro/Prejuízo Consolidado	619,1	724,7	-14,6%
Participação do Acionista não Controlador	-10,1	-11,5	-12,0%
Lucro/Prejuízo	609,1	713,2	-14,6%

Anexo X – Fluxo de Caixa – IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (R\$ mil)	Consolidado	
	1T26	1T25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-1.653.479	-1.483.828
Lucro líquido do período	619.149	724.705
Benefício a empregados – déficit atuarial	1.353	1.923
Depreciações e amortizações	8.778	8.595
PIS e COFINS diferidos	121.528	114.665
IR e CS diferidos	47.557	94.628
Provisão para Demandas Judiciais	-2.456	6.008
Valor residual de ativo permanente baixado	4.458	3
Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	9	9
Receita sobre aplicações financeiras	-19.274	-17.412
Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	532.739	430.561
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	-549	-7.120
Resultado de equivalência patrimonial	-130.920	-155.348
Contas a receber - Ativo de Concessão	-2.789.548	-2.678.537
Instrumentos financeiros	-40.547	0
Realização de ativo de Concessão na aquisição de Controlada	4.333	4.962
Transações com acionistas não controladores	-10.089	-11.470
(Aumento) diminuição de ativos	1.254.305	1.255.631
Caixa restrito	0	0
Contas a receber - Ativo de concessão	1.439.757	1.270.363
Estoques	-10.617	20.468
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	-36.074	-42.555
Tributos e contribuições a compensar	-25.040	83.341
Cauções e depósitos vinculados	35	-84
Despesas pagas antecipadamente	-75.675	-54.263
Crédito com controladas	0	0
Outros	-38.081	-21.639
Aumento (diminuição) de passivos	32.251	51.464
Fornecedores	-29.323	94.227
Tributos e encargos sociais a recolher	101.278	94.046
Pagamentos IR/CSLL	-63.869	-39.117
Obrigações trabalhistas	-21.137	-16.005
Encargos regulatórios a recolher	-26.681	-6.060
Provisões	0	-1.870
Valores a pagar Vivest	-1.543	0
Reserva Global de Reversão	-620	-620
Outros	74.146	-73.137
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-366.923	-176.733
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	310.856	-1.905.768
Caixa restrito	-570	-470
Aplicações financeiras	-753.780	-2.112.813
Resgates de Aplicações financeiras	1.016.158	210.914
Aquisição de Imobilizado	-2.409	-2.028
Intangível	-7.458	-1.371
Dividendos recebidos	58.915	0
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	-660.375	-48.466
Adições Empréstimos e Debêntures	3.837.665	1.446.492
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (principal)	-3.656.998	-40.488
Pagamentos Empréstimos e Debêntures (juros)	-417.819	-152.938
Pagamentos Arrendamento Mercantil (principal e juros)	-5.966	-4.613
Instrumentos financeiros derivativos	-3.958	38.851
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-413.299	-1.335.770
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	-716.442	-2.130.967
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.356.062	2.914.747
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	639.620	783.780
Variação em caixa e equivalentes de caixa	-716.442	-2.130.967